



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 613 - DE 5 A 19 DE JULHO DE 2020 - R\$ 4,00

PÔR EM PÉ UM MOVIMENTO POR EMPREGO, SALÁRIO E PROTEÇÃO SANITÁRIA!

**Que as centrais e sindicatos
convoquem as assembleias**

**UNIR EMPREGADOS E DESEMPREGADOS,
TRABALHADORES FORMAIS E INFORMAIS**

**Constituir os comitês de base. Derrubar as reformas
trabalhista e previdenciária. Combater a MP 936
antioperária. Rechaçar a política de conciliação de classes.**

TODA FORÇA À AÇÃO DIRETA DAS MASSAS.

**Desenvolver a estratégia da
revolução e ditadura proletárias**

Bolívia

Operários saem às ruas contra o fechamento de fábricas e demissões

**O POR boliviano defende a generalização
da luta dos trabalhadores fabris**

Pôr em pé um movimento por emprego, salário e proteção sanitária

Apesar de a pandemia continuar avançando, das mortes caminharem para setenta mil, e da contaminação crescer assustadoramente, a economia está perto da normalidade. O poder econômico ditou a reversão do isolamento social, independente das orientações médicas. Os governadores que se destacaram como humanitários defensores da vida, portanto, do “fique em casa”, mudaram de lado, indo ao encontro da diretriz de Bolsonaro. Ainda têm de dramatizar, diante da elevação do número de mortos, mas sem contrariar o poder econômico. Diante da população em risco, apresentam medidas mirabolantes de flexibilização, protocolo e orientação técnica.

A maré irresistível da volta ao trabalho, da labuta pela vida diária, e dos interesses dos exploradores passou por cima da política burguesa de isolamento social, e varre a flexibilização. Há um espinheiro a ser vencido – o retorno às aulas. Envolve milhões de crianças e jovens, principalmente. Os governantes têm de combinar o recuo da pandemia com o funcionamento do sistema educacional. O principal espinho é apresentado pelas escolas e universidades privadas. Aí se expressa, diretamente, a decisão do poder econômico geral, e os interesses particulares dos capitalistas da educação.

Removido esse obstáculo, estará liquidada de vez a política burguesa do isolamento social. Triunfará, definitivamente, o realismo capitalista de Bolsonaro, cujo conteúdo se refletiu no pensamento do presidente da República, de que morrer é natural, e que a economia não poderia ser comprometida pela pandemia. Tamanho realismo, porém, ocultou que os mortos, em sua esmagadora maioria, são de pobres e miseráveis. Sabemos que esse é um detalhe no realismo burguês. As mortes são irreversíveis, e muitas outras virão. Está naturalizada a catástrofe que atinge as massas, submetidas a duras condições de sobrevivência, sob o capitalismo em decomposição.

Doria, Camilo, Dino etc. não precisam dar explicações por que se viram obrigados a saltar a pequena cerca que os separava do “genocida” Bolsonaro. A imprensa monopolista não tem como minimizar a tormenta da pandemia, que não se desfez. Mas, já não grita por unidade nacional em torno ao isolamento social. Limita-se a criticar essa ou aquela inconsistência nas decisões de Doria, Crivella, etc.

O fundamental é que o realismo capitalista se impôs, a despeito das diretrizes da OMS, e da boa vontade dos governadores em segui-las. É a máquina econômica e as condições sociais imperantes que determinam a amplitude e limitação das medidas sanitárias. E não o contrário, como pretenderam apresentar os arquitetos do isolamento social. Triunfado o realismo capitalista, a vida segue em frente, e os mortos vão sendo enterrados, sem choro nem vela. Aqui reside, agora, todo o problema. Como seguir em frente?

Os empresários estimam que cessa a queda vertiginosa da economia e que, no próximo trimestre, a indústria começará a recuperar a produção. O que pode melhorar o atribulado ambiente político. E a situação da classe operária e demais explorados? O número de desempregados superou o de empregados, respectivamente, 87,7 milhões e 85,9 milhões.

A vida não segue igual para exploradores e explorados, que carregam milhares de mortes, suportam milhões de demissões, pagam pelo isolamento social com redução salarial, e precarização das condições de trabalho. Esse é o “pior dos mundos”!

Parte da classe operária e demais explorados foi empurrada ao isolamento social; parte teve de se sujeitar ao trabalho e à pandemia. Então, qual é o problema do momento? Em resumo: lutar pela recuperação dos postos de trabalho, reverter as perdas salariais, pôr abaixo as contrarreformas de Temer/Bolsonaro, e enfrentar novos ataques que Guedes prepara. Essa é a tarefa.

Para seguir em frente, porém, é preciso enfrentar o obstáculo dos obstáculos, que é a política de colaboração de classes da burocracia sindical, controlada em grande medida pelo PT, Solidariedade e PCdoB, e, em menor medida, pela esquerda capituladora, PSOL e PSTU. Essas correntes estão alinhadas por trás do impeachment de Bolsonaro, que implica deixar de lado a tarefa número um, de pôr em pé um poderoso movimento pelas reivindicações próprias dos explorados.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de combater energeticamente a posição das esquerdas, que se sujeitaram à política burguesa do isolamento social e, agora, procuram desviar o curso da luta de classes para o campo da oposição burguesa. Somente se golpeará Bolsonaro, golpeando a burguesia!



Os explorados são os que pagam pelas crises sanitária e econômica

- *Organizar a classe operária como força motriz da luta contra o desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome*
- *Defender sistematicamente a estratégia da revolução e ditadura proletárias*

1 de junho de 2020

Os efeitos das crises sanitária e econômica têm sido violentos. O desemprego, subemprego e informalidade atingiram picos históricos. A pobreza e miséria arrastaram contingentes enormes da população. A distância entre a ultraminoria rica e as massas empobrecidas se ampliou. Os desequilíbrios regionais vieram à luz do dia, expondo as contradições próprias de um País, que esteve imerso, por mais de três séculos, no escravismo colonial, e que mantém regiões onde as relações pré-capitalistas de produção ainda são acentuadas. A pandemia veio, assim, acelerar a débil situação do País e dos explorados, golpeados, desde 2008, pela crise econômica mundial.

A recessão de 2015 e 2016, que levou ao golpe de Estado, não foi seguida de crescimento econômico nos anos seguintes. O baixo desempenho da economia não permitiu recuperar os milhões de postos de trabalho destruídos. As contrarreformas, entre elas a trabalhista, em 2017, e a previdenciária, em 2019, puseram por terra as justificativas da burguesia e governos, de que haveria um aumento de investimentos e, com isso, mais oferta de empregos. Ao contrário, os empregos se tornaram mais precários, e a informalidade deu um salto.

A recuperação econômica esbarrou com a permanência da crise mundial, agravando a condição do país exportador de matérias-primas (commodities), com a queda dos preços internacionais. Fato que foi potenciado com os problemas semelhantes vividos pelos países vizinhos, da América Latina. Os indicadores mostravam, também, o descenso econômico, aumento do endividamento, e crescimento da informalidade em todo o continente. No período que se permitiu a elevação do PIB em quase todos os países latino-americanos, também se assistiu o inchaço do denominado setor terciário. Boa parte dos empregos criados se concentrou no comércio, serviços, e por conta própria. Os empregos formais na indústria foram extremamente baixos, 0,8% e, na agricultura, a tendência continuou em queda, -1%. Como se vê, a pandemia se potenciou no continente, já debilitado econômico e socialmente.

As estimativas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) afirmam que a contração econômica poderá ser em torno de 5,3% do PIB regional. O que significa que as taxas de desemprego poderão alcançar 11,5%, no final de 2020, dependendo do maior ou menor isolamento social, e retorno das atividades econômicas. Em relação à taxa de pobreza, assinala que pode aumentar 4,4%, e a pobreza extrema, 2,6%, em relação a 2019. Isso representa 214,7 milhões da população latino-americana, que estariam na pobreza, e 83,4 milhões, na pobreza extrema.

No caso do Brasil, nos três meses de pandemia (março, abril e maio), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), IBGE, mostram que 7,8 milhões de traba-

lhadores perderam os empregos. Apontam que, pela primeira vez, desde que iniciaram a pesquisa em 2012, mais da metade da população em idade de trabalhar está sem nenhuma ocupação. Isso quer dizer que são 87,7 milhões que estão sem emprego, levando em conta os chamados “desalentados”, até os estudantes, todos aptos ao trabalho. Assim, a população ocupada caiu para 85,9 milhões. A situação ainda é pior, quando se depara com a destruição de 2,5 milhões de empregos formais. Até mesmo o trabalho informal foi golpeado. São 5,8 milhões de trabalhadores informais que perderam sua ocupação, durante esses meses de pandemia. Trata-se de um contingente que depende diretamente do retorno das atividades econômicas. Apesar da retomada do comércio e serviços, e da volta dos ambulantes (vendedores nas ruas), não está assegurada a “normalidade” a essa massa de trabalhadores, que tende a crescer, porque as demissões continuam em alta.

Os governos latino-americanos seguiram, em grande medida, as mesmas orientações diante da crise sanitária: proteger os capitalistas, e disponibilizar para uma parcela da população, os denominados “vulneráveis”, um auxílio emergencial a conta-gotas. Seguindo as orientações da OMS e da OIT, organismos conduzi-

A recessão de 2015 e 2016, que levou ao golpe de Estado, não foi seguida de crescimento econômico nos anos seguintes. O baixo desempenho da economia não permitiu recuperar os milhões de postos de trabalho destruídos.

dos pela burguesia imperialista, os países deveriam implementar três ações: 1) “proteção dos trabalhadores nos locais de trabalho”, que pressupõe a criação de turnos e horários escalonados, trabalho a distância, afastamento dos atingidos pela enfermidade; 2) “política de apoio ao emprego e salários”, que diz respeito aos acordos de redução da jornada e salário, e ao auxílio emergencial aos trabalhadores informais; 3) “política de fomento da atividade econômica”, que implica subsídios e prorrogação de pagamentos de tributos por parte dos empresários.

O problema é que os países latino-americanos não possuem os recursos fiscais, o endividamento público é gigantesco, os juros da dívida são elevados e, com o isolamento social, caiu a arrecadação. Por outro lado, somente Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Uruguai contavam, em 2019, com o seguro-desemprego, para ser usado pelo trabalhador com carteira assinada, no caso de demissões ou de redução salarial (a exemplo do Brasil). E o sistema de saúde pública, por sua vez, é extremamente precário, o que impediu e impede o acesso da população pobre, no caso de contágio.

Não por acaso, cresce assustadoramente o número de mortes em todo o Continente, a exemplo do Brasil, com quase 70 mil mortes.

No Brasil, o governo impôs a Medida Provisória 936, que autoriza os capitalistas a suspenderem contratos e reduzirem salários. Parte dos salários é paga pelo patrão, e parte retirada do seguro-desemprego. Decretou o auxílio emergencial de R\$ 600,00, em três parcelas, e prorrogáveis por mais duas, aos informais. Um contingente significativo de assalariados foi colocado no trabalho remoto (teletrabalho). Aos docentes (públicos e privados), foi imposto o ensino a distância (EaD). Os empresários, em particular as multinacionais, procuraram seguir as orientações de revezamento dos trabalhadores, distanciamento nos locais de trabalho, medição de temperatura e uso de máscara e álcool. E, em pouco tempo, exigiram o fim do isolamento social e a retomada das atividades. Nesse momento, com a flexibilização da quarentena, há quase “normalidade” nas capitais e grandes cidades, embora o número de contagiados e mortes não pare de crescer. Permanece em isolamento a parcela ligada à educação, porém, com data de retorno às aulas. O sistema privado de educação pressiona os governos a colocarem fim à quarentena.

Em alguns países da América Latina, antes da pandemia, já estavam sendo criadas normas para o teletrabalho de forma permanente. A exemplo do Chile, que aprovou a Lei 21220, que alterou o Código de Trabalho, permitindo essa modalidade de prestação de serviços. No Brasil, foi aprovada a reforma trabalhista, que legaliza o trabalho a distância. Em países onde ainda não houve lei específica, os governos têm emitido normas para o trabalho a distância, em caráter excepcional. É o caso do Paraguai, que durante a pandemia criou essa modalidade para as empresas públicas e privadas (Lei 6524). E do Equador, que instituiu o “teletrabalho emergente”. Certamente, pós-pandemia, o trabalho remoto e o ensino a distância vão se consolidar, e poderão ser ampliados.

O relatório da CEPAL e Pnad Contínua do IBGE demonstra que o capitalismo se decompõe, e a maioria oprimida sofre as brutais consequências. Os governos aplicam medidas que descarregam todo peso da crise sobre a classe operária e demais explorados, protegendo o grande capital nacional e internacional. Porta-vozes dos organismos internacionais pedem cuidado com a situação social, que empurra milhões para o precipício da fome. São mais um alerta à burguesia e seus governos sobre o perigo dos levantes operários, camponeses e populares, já prenunciados em vários países da América Latina. Não se sabe até quando, e até que ponto, a burocracia sindical e os partidos que se vestem de reformistas conseguirão conter o dique que barra as tendências mais profundas de revolta das massas. O exemplo do Chile ainda assusta os governantes.

A pandemia, embora não tenha provocado a crise econômica, potenciou as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. A destruição maciça de força de trabalho, e a persistência da queda econômica, põem, aos olhos da classe operária, a incapacidade da burguesia de encontrar um caminho de solução à barbárie, que avança livremente. Ao mesmo tempo, exigem que se lancem à luta, e superem as suas direções conciliadoras e traidoras. A crise política favorece a luta independente da classe operária, uma vez que expressa as divisões interburguesas, e de-

sintegração de seus governos.

Essas condições, em que se combinam várias crises interligadas, estabelecem as bases para que a classe operária tome a frente dos movimentos de massa. Esse é o ponto fundamental do momento. O proletariado é a única classe capaz de levantar um programa e uma estratégia própria de poder. A pequena burguesia, cada vez mais arruinada, não tem como expressar a política de independência de classe. Uma de suas camadas mais avançada tende a convergir com o proletariado. O futuro de suas reivindicações depende dessa convergência. Uma outra camada, atingida pelo desespero, tende a encontrar solução na política ultradireitista e fascizante de um setor da burguesia. As forças da reação serão contidas e derrotadas, se a classe operária se emancipar da política de conciliação de classes, e se colocar como direção da maioria oprimida. Isso se passa, não só no Brasil, que tem à sua frente um governo militarista, e que conta com o apoio da camada pequeno-burguesa fascizante, mas em toda a América Latina, com maior menor clareza. É uma ilusão pequeno-burguesa a posição de que a tarefa é a de salvar a democracia e colocá-la a serviço dos explorados. Ocorre que esse pressuposto desconhece o avançado estado de desintegração das forças produtivas, do agigantamento do parasitismo financeiro, e da incapacidade da burguesia de sustentar sua própria democracia. E não reconhece a classe operária como a única classe capaz de levantar o programa e a estratégia revolucionárias. Está aí por que não admite que o problema fundamental da situação se encontra no bloqueio da classe operária, cujos organismos se acham controlados pelas direções conciliadoras e traidoras.

O ambiente da profunda crise incentiva a apresentação e demonstração de dados estarrecedores, como os divulgados pela Cepal e IBGE. São manejados, não só pelos politiqueiros da burguesia, como pela plêiade de reformistas e centristas, que se reivindicam do socialismo. A conclusão dos burgueses é a de que os governantes têm de se unir em torno a um plano econômico pós-pandemia; e os pequeno-burgueses de esquerda pensam que se trata de trocar um governo burguês fascizante por um governo burguês mais democrático. Há quem diga com todas as letras seu pensamento, outros o ocultam sob a máscara do revolucionarismo. Um fato que chamou atenção foi o ataque dos bolsonaristas à bandeira da ditadura do proletariado, erguida pelo POR, sua condenação pelos liberais, e, surpreendentemente, sua reprovação pelas esquerdas, que advogam que o momento é o de unir forças em torno do impeachment e do “Fora Bolsonaro”.

Não há dúvida de que a classe operária se erguerá contra a burguesia e seu governo a partir de suas reivindicações mais sentidas, como a defesa dos empregos, salários e saúde. A burocracia sindical e seus seguidores de esquerda trabalham no sentido contrário. Acabam de submeter os explorados à MP 936, e ao miserável auxílio emergencial de R\$ 600,00. Estão calados diante das demissões em massa. Nada fazem contra o fechamento de fábricas. Não mexem um dedo contra o sistema privado de saúde, que mostrou ser o grande obstáculo à defesa dos pobres e miseráveis, atingidos pela pandemia. A tragédia que se abateu sobre a maioria oprimida reforça a necessidade de propagandar, agitar e organizar a luta a partir das necessidades mais elementares dos explorados, vinculando-as à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Campanhas do Partido Operário Revolucionário

Nossa Classe - Pernambuco

O Boletim Nossa Classe da regional de Pernambuco continua a campanha em defesa dos rodoviários de Recife, que têm sofrido com a pandemia, redução dos salários e demissões. Denuncia o fracasso da política burguesa do isolamento social

quanto à proteção dos explorados diante do coronavírus. E as vantagens obtidas pelos capitalistas com a redução do valor da força de trabalho. Indica que, somente com a retomada da assembleia presencial, é possível organizar a luta. Alerta os tra-

balhadores para não alimentarem ilusão na justiça burguesa, e mostra que o caminho da defesa dos empregos, salários e vidas depende da unidade na luta. Abaixo, reproduzimos alguns pontos do boletim Nossa Classe.

Abaixo a convenção Maldita:

POR UMA CAMPANHA DE LUTA EM DEFESA DO SALÁRIO E DO EMPREGO!

Companheiros, estamos diante de mais um ataque aos rodoviários de Recife; a Urbana-PE, sindicato da patronal, anuncia a prorrogação por noventa dias da atual convenção coletiva de trabalho.

Essa prorrogação, além de impedir o reajuste salarial, dentre as desgraças da convenção assinada no ano passado pela gestão Grilo/Força Sindical, contém o acordo que per-

mite a demissão dos cobradores. O Sindicato acertadamente convocou Assembleia Geral Extraordinária presencial, em dois turnos.

O Boletim Nossa Classe defende que é preciso responder à Convenção Maldita, com a deflagração da greve pela readmissão imediata de todos os demitidos, e por um salário que de fato atenda às necessidades da categoria.

Patronal aproveitou a pandemia para arrancar ainda mais o couro: ABAIXO OS ACORDOS DA MP 936 E 937!

Os patrões aproveitaram para aumentar seus lucros e a exploração, durante a crise sanitária. Os capitalistas tiveram à sua disposição as medidas provisórias do governo: MP 936 e MP 937, que serviram para reduzir salários e destruir direitos trabalhistas, sob o pretexto de manutenção dos empregos. Mas, o que vemos é que milhões estão sendo demitidos, e os que ficam, têm o salário reduzido. Foi criminosa a demissão de quase 3 mil rodoviários, somente em março, e o rebaixamento de salários que obriga parte dos trabalhadores a viverem com menos de R\$ 100 na quinzena.

A política burguesa do “Fique em casa”, “todos estão do

mesmo lado” (patrões e trabalhadores) foi uma grande enganação. Enquanto a burguesia garante seus interesses, a maioria explorada morre ou é jogada na miséria. Além de ter de enfrentar o aumento dos doentes e mortos por Covid-19, enfrentamos a destruição de milhares de postos de trabalho, a redução de até 70% dos salários, destruição de direitos, aumento do assassinato da juventude pobre e preta pela polícia, e a imposição da farsa do ensino à distância, nas escolas e universidades.

O Boletim Nossa Classe defende que é hora de dar um basta a tanto abuso. Abaixo os acordos da MP 936 e 937! Basta de mortes, desemprego e miséria!

Reabertura econômica no pico da pandemia: FALÊNCIA DA POLÍTICA BURGUESA DE ISOLAMENTO SOCIAL!

A pressão pela reabertura econômica, mesmo diante de mais de 60 mil mortes pela Covid-19, expõe a impossibilidade de o Estado burguês garantir as condições técnicas e científicas para controlar a pandemia. Entre garantir os lucros ou as condições científicas de proteção das vidas, a burguesia sempre escolhe seu próprio bolso.

A redução da frota mostra que o distanciamento social como medida sanitária é desprezado pelos capitalistas do transporte, e evidencia a hipocrisia burguesa, que responsabiliza a população pelo aumento na contaminação por coronavírus. A patronal mente, ao dizer que a redução da frota foi por causa do afastamento dos trabalhadores do grupo de risco, escondendo que demitiu e tirou ônibus de circulação.

Podem ter certeza de que, se os rodoviários entrarem em greve, a imprensa, os patrões, o governador e a justiça vão acusar os trabalhadores de provocar aglomeração na luta e nas ruas. Nossa resposta é que a pandemia e a quebra do isolamento são responsabilidade da burguesia. Ela que arque com as consequências. Basta de pagar com nossos empregos, salários e vidas!

O Boletim Nossa Classe denunciou desde o início que a burguesia não ia defender a vida dos explorados, que era preciso diferenciar a medida científica do distanciamento social da política burguesa que, em nome do “fica em casa”, desarmou os trabalhadores.

Retomada da assembleia presencial é passo importante na luta

A retomada da assembleia presencial é um passo muito importante na luta em torno da campanha salarial e dos empregos. A assembleia é o espaço da democracia operária, onde os trabalhadores apresentam seus problemas e as propostas para o coletivo responder à exploração dos capitalistas. A assembleia não é só um espaço de debates, mas de preparação da ação necessária para enfrentar os patrões.

É nas assembleias também que os trabalhadores fazem o balanço sobre os passos do sindicato e do movimento até então. Será importante avaliar: qual o prejuízo da não realização das assembleias desde o início da quarentena? O acordo foi uma vitória ou derrota do movimento? Como recuperar o terreno perdido? É preciso analisar a política de apostar

todas as fichas no terreno da Justiça e da pressão ao governador. Sabemos que eles não são neutros, estão do lado do patrão. Eles só recuam nos ataques quando os trabalhadores estão unidos como uma só força, usando seus métodos próprios: as greves, piquetes e bloqueios.

O Boletim Nossa Classe defende que, neste momento, é fundamental colocar em primeiro plano a defesa dos empregos e salários. Pela readmissão dos demitidos. Redução da jornada sem redução de salários, para abrir vagas aos desempregados. Não à dupla função. Exigir um salário mínimo vital, suficiente para o sustento de uma família trabalhadora. Pelo direito irrestrito de manifestação e greve. Pela estatização do sistema de transporte coletivo, sem indenização, sob controle operário.

Unidade dos explorados em defesa dos empregos, salários e vidas!

Tudo o que os rodoviários estão sofrendo está sendo vivido também por outras categorias e mais ainda pelos informais e desempregados. É preciso buscar a unidade com os demais trabalhadores que estão sofrendo com a crise econômica e sanitária. As Centrais tentam arrastar o movimento para o eleitoralismo. O caminho da unidade é o da defesa das reivindicações, da independência de classe.

É muito importante que o sindicato esteja articulado com associações de moradores. Devemos fortalecer o movimento com as assembleias e comitês nos bairros, em defesa dos empregos, salários e vidas. Devemos chamar os outros sin-

dicatos e centrais sindicais para que também convoquem assembleias e formem seus comitês de luta. É preciso um plano de emergência de proteção da maioria oprimida que tenha como eixo central a defesa do emprego a todos e do salário.

Os patrões são uma pequena minoria na sociedade, só conseguem dominar porque têm o poder econômico nas mãos. O Boletim Nossa classe defende que a luta contra a exploração precisa ir à raiz dos problemas, e se ligar com a luta por um governo da maioria oprimida, um governo operário e camponês, fruto da revolução e ditadura proletárias. Um governo que transforme a propriedade privada em propriedade social.



São Paulo

Diante da manifestação dos trabalhadores que sobrevivem entregando encomendas por meio de motos e bicicletas, o POR divulgou o manifesto "Todo apoio à greve dos entregadores de aplicativos". "Em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde!" "Abaixo o governo de Bolsonaro!" "Por um governo operário e camponês!". Diz o manifesto Massas:

"Se as precárias condições de trabalho, a desproteção, as longas e exaustivas jornadas de trabalho e a baixa remuneração já eram uma realidade dos entregadores de aplicativos no período pré-pandemia, a situação piorou depois da chegada do coronavírus. Os capitalistas passaram a lucrar mais com o aumento da demanda, e os entregadores passaram a receber ainda menos, além de não receberem proteção para sua saúde e de sua família. Os entregadores acertam ao paralisar e ir às ruas. A greve e as manifestações de rua são o caminho da luta por onde os explorados podem arrancar suas reivindicações contra a brutal exploração capitalista!"(...)

"Atendimento imediato de todas as reivindicações dos entregadores de aplicativos! Em defesa de um plano de emergência próprio dos explorados! Convocar assembleias em todos os sindicatos! Constituir comitês de unidade entre empregados e desempregados! Abaixo o governo burguês de Bolsonaro! Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos sob a política e a estratégia revolucionária do proletariado! Por um governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias!"

São Paulo

Corrente Proletária Secundarista

O Boletim Juventude em Luta se coloca pela preparação da volta às aulas, defendendo a convocação das assembleias e a reorganização do movimento, tendo por base a nova situação criada pela pandemia. Mostra que as “centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais e estudantis deixaram de organizar e preparar os trabalhadores e a juventude para a luta. E que, agora, quando as mobilizações se reiniciam, as direções conciliadoras procuram desviar a atenção dos trabalhadores e da juventude para o caminho do impeachment de Bolsonaro, que corresponde aos interesses eleitoreiros da oposição burguesa”. O Boletim chama os estudantes a se organizarem para a luta. Eis:

“A juventude com consciência de classe não deve seguir as esquerdas eleitoreiras e oportunistas, na tentativa inútil de retornar para a quarentena. O poder econômico já determinou a reabertura das atividades (incluindo as escolas), e segue condenando milhares à morte e milhões à miséria. A tarefa da juventude neste momento é se organizar e preparar a dura luta que teremos pela frente. É preciso pressionar as direções

do movimento para que organizem a luta. Chamar as assembleias, para decidir o método de luta e as bandeiras dos estudantes e da juventude em geral. Só assim será possível combater, não só Bolsonaro, mas também os governadores, em sua hipocrisia de defesa da vida, condenando as massas à contaminação e à fome”.

O Boletim faz a denúncia da matança de jovens durante a pandemia. E responde:

“A juventude pobre, preta e demais oprimidos devem ter claro que não podemos confiar no mesmo Estado burguês que comete tais crimes, para em seguida dizer que vai investigar, julgar e punir os responsáveis. A justiça pelos assassinatos de Guilherme, João Pedro e outros milhares de jovens virá por meio do Tribunal Popular, organismo a ser criado pelos próprios explorados para sentenciar os crimes da burguesia”.

Expõe a importância da defesa da estratégia revolucionária da classe operária, em torno da qual a juventude oprimida e o movimento estudantil



devem se organizar. Explica:

“Ao levantar a bandeira de revolução e ditadura proletária, o POR denuncia o governo direitista e fascizante de Bolsonaro, bem como a democracia burguesa, que a esquerda eleitoreira defende sob o nome de “democracia” (em abstrato). Somente pondo abaixo a ditadura capitalista e erguendo a ditadura proletária é que poderá haver uma verdadeira democracia das amplas maiorias oprimidas da sociedade, a democracia operária. E é somente assim que os explorados, com independência de classe, poderão dar resposta às crises econômica e sanitária, que têm destruindo cada vez mais as suas condições de vida”.

Boletim Nacional da Corrente Proletária na Educação – Universidade

O Boletim concentra a atenção na denúncia e luta contra o ensino a distância (EaD). Defende que as entidades sindicais dos docentes organizem uma campanha nacional contra o retorno às aulas, via EaD. E que condicionem a deliberação sobre o retorno à realização das assembleias universitárias. Desmascara a suposta diferença entre o ensino a distância (EaD) e ensino remoto emergencial (ERE). Afirma que “a nova nomenclatura passou a ser adotada com a finalidade de enganar os estudantes, dizendo que não se estava vendendo EaD (co-

nhecido pelo baixo custo e baixa qualidade), mas sim virtualizando o ensino presencial”. E conclui: “A pressão pelo EaD, o jogo de palavras confucionista e a ausência de busca de outras saídas, sob o pretexto de que preparam medidas de biossegurança para o retorno presencial, expressam a pressão do capital financeiro em impor seu plano destruidor, incorporado por Bolsonaro, que anunciava a intenção de abrir até a educação infantil para o EaD”.

O Boletim, assim, defende a convocação das assembleias universitárias para debater o retorno às aulas.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Boletim da Corrente Proletária Estudantil – USP PELO FIM DA PERSEGUIÇÃO POLÍTICA AO EX-ADVOGADO DA AMORCRUSP

O boletim denuncia que a atual gestão não paga os salários atrasados do ex-advogado da Amorcrusp desde bem antes da pandemia, quando ele denunciou as atitudes anti-democráticas da gestão, que não convoca as assembleias, não realiza a eleição para a direção, não presta regularmente contas de sua atividade ou das finanças, etc.

O único diretor que se pronuncia afirma que não paga porque a Amor-

crusp tem outras prioridades, definidas não por nenhum organismo dos estudantes moradores, e em contradição com uma decisão anterior da direção de pagar os salários. Entre essas “prioridades”, estão tarefas que deveriam ser cumpridas pela Superintendência de Assistência Social da USP (SAS), e a quem a Amorcrusp deveria é cobrar por elas, e não substituí-la.

O boletim mostra que o não pagamento por razão política é uma perse-

guição, que é ainda mais grave quando se atravessa uma pandemia e se deixa o funcionário sem seu salário. E que a perseguição política é própria da direção burocrática, avessa às decisões coletivas dos estudantes.

Conclui com a necessidade de convocação da assembleia presencial, para discutir a situação dos moradores e sua resposta coletiva, em oposição a aceitar passivamente as decisões da burocracia universitária.

Quinzena Operária

Eleição dos metalúrgicos do ABC

É necessário constituir uma oposição classista e democrática, apoiada no programa de independência sindical

Entre os dias 24 e 25 de junho, em 2º turno, foram eleitos os 33 membros do Conselho da Executiva e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para o período de 2020/2023. A Chapa única obteve 97,07% dos votos. Os eleitos foram escolhidos entre os 193 membros dos Comitês Sindicais de Empresa. Trata-se da fórmula encontrada pela burocracia cutista para impedir a disputa de chapas para a eleição da direção do sindicato. Assim, primeiro, se escolhem os representantes dos comitês sindicais; depois, entre os eleitos, forma-se a chapa única, que é submetida formalmente à aprovação dos filiados. Não há, dessa forma, disputa entre chapas, situação e oposição. Há, finalmente, a chapa montada pela burocracia. Por esse critério, burocrático e antidemocrático, se perpetua o mesmo grupo, ligado ao PT.

trabalhadores. É também parte da política de conciliação de classes. Lembremos que os comitês sindicais são organismos criados em comum acordo com o patronato, para impedir a constituição de comissões de fábrica independentes, e inteiramente controladas pelas bases operárias. É bom frisar que os comitês sindicais foram uma cópia do sistema burocrático do sindicalismo alemão.

Na eleição virtual, deparamo-nos com o inusitado. Votaram Vicentinho (deputado federal), Lula (ex-presidente da República), para citar apenas dois nomes da direção do PT. Lula, um político que se vendeu à burguesia, de sua casa, aproveitou para dizer: “*Vou exercer o meu papel político de metalúrgico, votando para eleger a diretoria do Sindicato, com o companheiro Wagner na presidência, mais uma vez. Wagnão e a diretoria representam a*

possibilidade de a gente continuar conquistando coisas para a classe trabalhadora, mesmo neste momento difícil em que vivemos.” O deputado Vicentinho, de Brasília, disse: “*Votei na Chapa 1 dos Metalúrgicos do*

A manutenção dos antigos burocratas, tendo como seu presidente Wagner Santana (Wagnão), é a expressão mais cruel da ausência da democracia operária no mais importante sindicato operário do país.

A manutenção dos antigos burocratas, tendo como seu presidente Wagner Santana (Wagnão), é a expressão mais cruel da ausência da democracia operária no mais importante sindicato operário do país. Nesse ano, os burocratas foram além. Aproveitaram a pandemia, para realizar a eleição de forma virtual. Isso, no momento em que a grande maioria das fábricas já havia retornado às atividades. Essa invenção da burocracia, eleição on-line, já vinha ocorrendo em outros sindicatos, a exemplo do sindicato dos municipais (Sinpeem). Agora, estendeu-se aos bancários e metalúrgicos. Esse mecanismo fraudulento e antioperário é parte do avanço da burocratização dos sindicatos, e do retrocesso político do proletariado e demais

ABC, encabeçada pelo companheiro Wagner Santana, deste Sindicato, do qual tive a honra de ter sido presidente. Essa Chapa significa a continuidade das lutas.” Na verdade, Lula e Vicentinho se manifestaram pelo continuísmo da burocracia conciliadora e traidora das necessidades mais elementares da classe operária. Ao contrário de conquistas, a política dessa direção tem imposto uma derrota após outra. Ao contrário de continuar as lutas, teremos a continuidade da submissão do sindicato aos interesses das multinacionais. Uma das derrotas mais duras foi a do fechamento da Ford. Essa direção carrega em suas costas a responsabilidade de não lutar contra as demissões. Os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, por sua vez, vêm

permitindo às multinacionais quebrarem direitos trabalhistas, e reduzirem o valor da força de trabalho. Sob a pandemia, os burocratas do sindicato se sujeitaram à política burguesa do isolamento social, e concluíram aceitando a MP 936.

Os metalúrgicos têm uma tarefa urgente: constituir uma oposição classista e democrática. É necessário trabalhar por um programa de independência dos sindicatos diante de toda forma de política burguesa. A independência faz parte da luta pela democracia proletária, em oposição ao autoritarismo burocrático das direções comprometidas com os interesses dos exploradores. Baseia-se na soberania das assembleias e no direito de livre manifestação da oposição e de qualquer operário de base. Organiza a classe operária, partindo de suas reivindica-

ções mais elementares, e valendo-se do método da ação direta (greves, manifestações, ocupação de fábrica). Unifica as lutas parciais, transformando-as em lutas gerais. Mantém os laços de união dos empregados e desempregados, dos trabalhadores formais e informais, bem como dos efetivos e terceirizados. E tem como orientação tornar as lutas econômicas em lutas políticas contra a burguesia e seu Estado. Somente com um programa que conduza ao fim do capitalismo, à constituição de um governo próprio dos explorados e à emancipação da classe operária e demais explorados do jogo da dominação capitalista, é possível libertar os sindicatos da direção pró-capitalista, desburocratizá-los, desestatizá-los, e transformá-los em verdadeiros órgãos da luta coletiva dos explorados contra os exploradores.

Lutar para que o ato de 12 de julho seja independente de toda forma de política burguesa

Em 23 de junho, PT, PSOL, PCO, PSTU, Rede e movimentos se reuniram, de forma virtual, para anunciar o ato de 12 de julho. Apresentaram um calendário de “mobilização”, que vai do dia 10 ao Dia Nacional de Lutas. Indicaram, como “sugestões”, a realização de assembleias nos locais de trabalho (atraso da entrada), atos simbólicos de rua, uso de roupa preta, pano preto nas janelas, e panelaço. Para avaliar a campanha, decidiram fazer uma Plenária Nacional Popular pelo Fora Bolsonaro, no dia 11 de julho, on-line. Como se vê, um embuste de ações individuais e distracionistas.

Há um único objetivo: reunir partidos que fazem oposição ao governo Bolsonaro e impulsionar a frente pró-impeachment. Eis por que as bandeiras unificadoras são: “Fora Bolsonaro” e “impeachment”. O PSTU compareceu com a sua consigna de “Fora Bolsonaro e Mourão”. O PCO quis dar um tom mais popular ao “Fora Bolsonaro”, com o chamado de ir às ruas. Mas, todos estão com o propósito de coletar assinaturas do abaixo-assinado do impeachment, e ampliar a frente oposicionista.

O POR considera importante levantar um movimento contra o governo militarista e fascizante de Bolsonaro, tendo por base o programa de reivindicações de emprego, salário, direitos e saúde. Um movimento que unifique empregados e desempregados contra as demis-

sões, fechamento de fábricas, e todas as medidas decorrentes da MP 936. Considera que a via do impeachment, não só é um instrumento da oposição burguesa, como um canal para distrair a classe operária e demais explorados sobre a sua real situação de alto desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome. O caminho para combater o governo Bolsonaro é o mesmo que o de combate à burguesia como classe exploradora e parasitária. Está aí por que o POR, não só não partici-

pa da frente pelo impeachment, como a rechaça pelo seu conteúdo burguês e antidemocrático. Lembremos que o impeachment serviu ao golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Essa posição, no entanto, leva o POR a participar nas manifestações com suas bandeiras e estratégia própria de luta. O POR faz um chamado à vanguarda com consciência de classe a constituir uma frente de independência política diante do PT, seus aliados e de toda oposição burguesa.

Velha política da direção dos metroviários Anunciam o dia da greve e, na véspera, desmarcam

Na assembleia de 30 de junho, a direção do sindicato dos metroviários decidiu adiar a greve, marcada para 1º de julho. Fato que não é novo. Na véspera, convoca uma assembleia para suspender a decisão, em nome de uma rodada de negociação entre o TRT e o governo Doria. Já sabendo de antemão que o governo não vai atender às reivindicações, e que da mesa de negociação não sairá nada em favor dos trabalhadores. No entanto, essa velha política burocrática serve para desmobilizar e mostrar que o sindicato está “negociando”, e que a greve fica apenas adiada para 8 de julho.

Os motivos para uma greve são muitos: redução de adicional sobre as horas extras de 100% para 50%, corte do adicional noturno de 50% para 20%, eliminação do auxílio-transporte e do adicional de risco de vida dos trabalhadores de bilheterias e seguranças, redução da gratificação de férias de 70% do salário para 33%, e alteração na participação do metrô para o plano de saúde, de 84% para 70%.

Certamente, o governo está firme, no propósito de cortar na carne os direitos dos metroviários. A burocracia do sindicato, por sua vez, se recusa a travar uma luta em favor das reivindicações. O que implica organizar verdadeiramente a greve, para enfrentar a campanha reacionária da burguesia e dos meios de comunicação contra a greve em serviços essenciais, e ganhar apoio da população, que vive diariamente o drama dos metrô lotados. Aprovar a greve e deixá-la à deriva é próprio de burocratas conciliadores.



Correios

Não à privatização!

No mês de junho, Bolsonaro/Guedes anunciou a continuidade do plano de privatização. Os Correios estão na mira. A direção da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (FINDECT) denunciou, em palavras, o objetivo do governo, e anunciou que se trata de uma empresa que vem dando lucro, mesmo nesse período de pandemia.

Ao invés de impulsionar a organização independente dos trabalhadores para enfrentar a privatização, os burocratas fazem campanha em favor das pressões parlamentares. Pretendem submeter a luta e os métodos próprios dos trabalhadores ao jogo parlamentar, em torno às emendas ao projeto privatizante do governo. Chegaram ao ponto de elogiar o senador Jaques Wagner (PT/BA), por ter apresentado uma emenda, objetivando impedir a privatização dos Correios.

O Boletim Nossa Classe denuncia a política das direções sindicais dos correios, que tende a levar à derrota. E faz campanha para que os sindicatos convoquem assembleias verdadeiramente democráticas, para que os trabalhadores tomem em suas mãos a decisão de enfrentar a privatização dos correios.

Governo pretende prorrogar o “programa de redução e suspensão de contrato”

O secretário da Previdência e Trabalho anunciou que há acordo em prorrogar, para até 4 meses, o programa de redução da jornada e salário ou contrato suspenso. Avalia que os acordos vêm caindo, desde o início de junho. E que o “programa” somente atingiu 11 milhões de trabalhadores. A meta era alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Propõe que a prorrogação deve ser de um mês para a redução, e dois meses para a suspensão de contrato. Assim, o prazo seria de 4 meses para a redução e suspensão. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que, como não atingiu a meta, os custos para o governo permitem essa prorrogação, mas que é preciso novo acordo. A ampliação do programa somente dependeria de um decreto presidencial, que usaria a aprovação pelo Congresso Nacional da MP 936, que criou o programa.

Lembremos que as direções colocaram os sindicatos para realizarem as assembleias virtuais de redução salarial e suspensão de contrato. Com a corda no pescoço, colocados no isolamento social, a maioria votou em favor do programa capitalista. Nos discursos, os burocratas diziam que eram contra, mas, na prática, instrumentalizaram os sindicatos para coletar os votos on-line dos operários em casa. Agora, a prorrogação requer novos acordos, caso não haja negociação para retirar esse impeditivo. E os novos acordos implicarão mais submissão das direções à proposta de descarregar a crise sobre os trabalhadores, cortando parte de seus salários.

A MP 936 foi implantada para 46% dos trabalhadores do setor de serviços, 25%, do comércio, e 23%, das indústrias. Não houve garantia de preservação dos empregos. E ainda correm o risco de manter os salários cortados por mais um período. As direções sindicais, que usaram os sindicatos para firmar tais acordos (assembleias virtuais), devem ser denunciadas, por colaborar pela implantação desse violento ataque aos assalariados.

ENTREGADORES DE APLICATIVOS FAZEM MANIFESTAÇÃO EM SÃO PAULO

O primeiro dia de julho foi marcado pela importante greve nacional dos trabalhadores dos aplicativos de entrega, a exemplo do Rappi, Uber Eats e iFood. Importante para a própria categoria, tendo em vista a necessidade de se defender diante da exploração, particularmente aguda nesse período de pandemia, mas igualmente relevante devido ao fato de se constituir na retomada da luta de classes no país.

De acordo com a imprensa, são cerca de 50 a 70 mil entregadores na cidade, recebendo de R\$ 6 a R\$ 10, por hora, em média, para uma jornada de 10 a 12 horas diárias, aproximadamente. A categoria reivindica melhor remuneração e transparência, fim dos bloqueios injustificados pelos Apps, auxílio durante a pandemia, entre outros pontos.

Trata-se de uma categoria profissional pulverizada, fortemente disciplinada pela pressão patronal, esmagada pela ideologia burguesa do empreendedorismo, e sem um histórico de luta. Com tantos fatores contrários, a realização do ato, assim, marcou um importante passo à frente. O sindicato avalia que cerca de 1.000 entregadores tomaram as ruas, demonstrando que disposição de luta.

Uma massa de motoqueiros e ciclistas, com os seus típicos *bags*

nas costas, tomaram a Av. Paulista, e ainda se deslocaram por outras importantes avenidas da cidade, chamando a atenção de todos com as buzinas e ronco dos motores. De maneira geral, via-se a população apoiando o movimento.

O POR esteve presente, com um panfleto prestando apoio aos grevistas, defendendo a unidade do conjunto dos explorados contra os patrões e governos. O panfleto foi bem recebido, e a militância porista não deixou de agitar entre os entregadores a importância de uma mobilização construída desde as bases, ideia que foi ainda melhor aceita. Isso porque estava patente uma desconfiança quanto aos sindicatos presentes (SindimotoSP, além do Sindicato dos Comerciantes, e a central sindical UGT).

Depois desse primeiro passo, a categoria precisa se preparar para continuar avançando. Precisa constituir um comando centralizado de mobilização, sob controle dos trabalhadores, e trabalhar para romper o isolamento a que estão submetidos. De sua parte, as centrais sindicais devem cumprir papel que se espera delas, apoiando ativamente a mobilização. É preciso ter claro que a vitória dessa categoria é de suma importância para os trabalhadores de conjunto, afinal, o aumento da precarização do trabalho não é uma exclusividade dos entregadores de aplicativos.

Pernambuco

Mais um ataque do sindicato da patronal! Abaixo a Convenção Maldita! Organizar a luta em defesa do emprego e do salário!

A Urbana-PE, sindicato da patronal, anunciou a prorrogação, por noventa dias, da atual convenção coletiva de trabalho. Essa prorrogação, além de impedir o reajuste salarial, dentre as desgraças da convenção assinada no ano passado pela gestão Grilo/Força Sindical, encontra-se o acordo que permite a demissão dos cobradores. Por isso, o sindicato (PSOL/CSP-Conlutas) convoca uma Assembleia Geral Extraordinária presencial, em dois turnos, no dia 3 de julho, para discutir e organizar a campanha salarial. Essa carta da Urbana-PE é mais uma amostra de que os capitalistas dos transportes se mantiveram unidos, para aumentar seus lucros e a exploração, durante a crise sanitária.

A retomada da assembleia mostra que a base está pressionando o sindicato a abandonar a política do isolamento, e organizar a luta em torno da campanha salarial. Pesa também a favor da retomada, o exemplo da greve em Natal. Essa é a primeira assembleia da categoria, após a pandemia. Apesar de, nesse período, terem acontecido revoltas instintivas contra os cortes de salário, decorrentes da MP 936, e demissões, os atos de fechamento de garagem foram isolados, sem uma ação conjunta da categoria, dirigida pelo sindicato.

A política burguesa do “Fique em casa”, “todos estão do mesmo lado contra o vírus” (patrões e trabalhadores) foi uma falácia. Enquanto a burguesia garante seus interesses, a maioria explorada morre, ou é jogada na miséria. As correntes, sindicatos e centrais sindicais seguiram essa orientação do isolamento social, e desmontaram o Dia Nacional de Luta, 18 de março, em vez de transformar em grandes assembleias para aprovar um plano emergencial que protegesse a vida, empregos e salários.

A pressão pela reabertura econômica expõe a impossibilidade de o Estado burguês conseguir garantir as condições técnicas e científicas para controlar a pandemia. As denúncias de redução dos ônibus nos bairros mostram que o distanciamento social, como medida sanitária, é desprezado pelos capitalistas do transporte, e evidencia a hipocrisia burguesa, que responsabiliza a população pelo aumento na contaminação por coronavírus. Enquanto isso, a patronal mente, ao dizer que a redução da frota foi por causa do afastamento dos trabalhadores do grupo de risco, escondendo que demitiram e tiraram ônibus de circulação. Dentre os demitidos, muitos denunciam que sequer receberam os direitos rescisórios.

Sindicato realiza ato de rua

As reivindicações da categoria, juntamente com uma parcela dos bairros, que sofrem com a precarização do transporte, fez com que o sindicato chamasse um protesto para o último dia 25 de junho. Sob as pautas: 100% da frota já; contra aglomeração nos ônibus; fim da dupla função motorista-cobrador; distribuição adequada de EPI para os rodoviários, e reintegração dos rodoviários demitidos, além de cartazes que lembravam os que morreram pela covid-19. Houve participação da CSP-Conlutas; sindicatos de outras categorias, como metroviários, eletricitários, professores municipais, MTST, PSol, PSTU e associações de moradores de bairros operários. Mas, a participação da categoria foi pequena, pois, não houve convocatória e paralisação nas garagens.

O ato ocorreu em um momento importante, no dia 25/06, já so-

mavam 53 mil mortes por Covid-19, milhares de desempregados, e as consequências da MP 936, que reduziu em até 70% os salários, destruição de direitos, aumento do assassinato da juventude pobre e preta pela polícia, e imposição da farsa do ensino à distância nas escolas e universidades. Mas, mais uma vez, a direção do sindicato subordinou mesmo a marcha, um método de ação direta, à ação indireta, servindo para pressionar o governador e o judiciário. Além de propagandar o projeto de lei do Psol contra a demissão dos cobradores e a necessidade de pressionar os deputados estaduais. Durante o trajeto, seguiu mantendo a circulação dos ônibus, e o ato foi encerrado no Palácio do Governo. Lá, uma comissão foi recebida, marcando uma reunião para o dia 30/06 com os órgãos do governo. Enquanto o sindicato aguardava a reunião para cobrar maior fiscalização das empresas por parte do governador, a Urbana-PE anunciou a prorrogação da Convenção Coletiva, que tira direitos.

O sindicato não pode ficar subordinado à legalidade, priorizando a via judicial e a pressão sobre o governador Paulo Câmara. A falta de ação coletiva leva ao desespero individual. A exemplo dos demitidos, que, não tendo como se manter, acabam fazendo acordos rebaixados com o patrão, e aceitam a demissão.

O POR atua nas garagens regularmente com o boletim Nossa Classe. No ato, atuou com falas na plenária e no carro de som, puxou a palavra de ordem: “Indignação! A justiça e o governo estão do lado do patrão!” e distribuiu o boletim com o chamado: “Romper a passividade! Basta de confiar na justiça e no governador! Convocar as assembleias nas garagens para retomar a ação direta em defesa dos empregos, salários e vidas”. Em que fez a crítica à direção do sindicato, pela política imobilista sob a pandemia.

Nossa posição foi bem recebida pela categoria, assim como coincide com as manifestações dos rodoviários na porta das garagens, que estão revoltados com o sindicato, e com manifestações nas redes sociais, como a de um rodoviário, que questionou “*Como é que o sindicato faz um protesto de paralisação em uma rota e do outro lado tem uns fiscais de rua desviando para não perder viagem, e nós da classe tendo de executar a ordem de desvio? Eu já trabalhei na construção civil por um bom tempo e, quando o sindicato mandava parar, não fazíamos nada até resolver. Me perdoe aí, meu presidente Aldo, mas se não for para parar de verdade e resolver nossos problemas, nem precisa*”.

Colocar abaixo essa convenção coletiva e seguir uma forte campanha salarial dependerá da ação direta e massiva da categoria, com seus próprios métodos de luta. Além disso, devemos buscar a unidade com os demais trabalhadores, que estão sofrendo com a crise econômica e sanitária.

Que as centrais, frentes, sindicatos e movimentos rompam a passividade. É urgente organizar as assembleias das categorias e nos bairros. Criar comitês de luta. É preciso um plano de emergência de proteção da maioria oprimida, que tenha como eixo central a defesa do emprego a todos e do salário. A defesa da readmissão dos rodoviários é parte desta luta. Exigir o direito irrestrito de greve e manifestação. Abaixo as leis antigreve, as multas e punições da Justiça. As empresas devem ser estatizadas sem indenização, e colocadas sob controle operário. A preparação da campanha salarial precisa se dar com este sentido. Será preciso retomar as greves, bloqueios de garagem e avenidas.

Em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde

Abaixo o governo de Bolsonaro!

Por um governo operário e camponês!

28 de junho de 2020

Já passou da hora, a necessidade de pôr em pé um gigantesco movimento dos explorados contra o governo, que sacrifica a vida da maioria oprimida, protege o grande capital, e submete ainda mais o País ao imperialismo. Esse governo, não apenas tripudiou a gravidade da pandemia, que ultrapassou 50 mil mortos e 1 milhão de infectados, como também impôs a redução salarial, e facilitou as demissões.

Não se pode usar a crítica à posição de Bolsonaro contra o isolamento social, para ocultar as inúmeras Medidas Provisórias (MPs), que golpeiam os explorados, de um lado, e protegem os capitalistas, de outro. Também não se pode esconder que Bolsonaro tem governado por meio de Medidas Provisórias, graças ao apoio do Congresso Nacional. Bolsonaro, antes da pandemia, estabeleceu como política antioperária impor a reforma da Previdência, e implantar a reforma trabalhista. Estabeleceu como meta realizar a reforma administrativa, voltada contra a maioria do funcionalismo público. Mostrou-se protetor dos oficiais das Forças Armadas e da polícia militar, responsáveis pela repressão aos explorados. Desferiu golpes contra a educação pública, privilegiando o sistema privado de ensino. A pandemia tão somente agravou a situação da classe operária e demais explorados. A MP 936 é uma peça de artilharia contra os salários e os empregos.

A classe operária tem de ser organizada como força motriz da revolta da maioria nacional oprimida. Um movimento, que não esteja organizado no campo da luta pelas reivindicações dos explorados contra os exploradores, não terá como derrotar o governo antinacional e antipopular, militarista e obscurantista.

Bolsonaro e o Congresso Nacional planejaram três meses de auxílio emergencial a milhões de trabalhadores informais, concedendo pouco mais da metade de um salário mínimo, que já é de fome. Milhões de necessitados sequer o receberam. Esgotado o prazo, o governo se nega a prorrogar o miserável auxílio de R\$ 600,00. Bolsonaro, Congresso Nacional, governadores e o conjunto da burguesia agem por cima de milhões de pobres e miseráveis, que mal têm o que comer.

Nesse exato momento, o Senado aprovou o “novo marco legal do saneamento do País”. Os politiquês e capitalistas dizem que é para resolver velhos problemas de água e esgoto, para milhões que vivem em favelas, cortiços e empobrecidos bairros operários. No entanto, o fundamento do projeto se baseia na privatização desses serviços sociais, diminuindo a participação e a responsabilidade do Estado. Os parlamentares, em sua esmagadora maioria, deram as mãos a Bolsonaro/Guedes. É visível o acordo com o governo, em torno à privatização do patrimônio público, e o entreguismo pró-imperialista.

Tudo indica que a queda econômica poderá ser de 9%. O que

resultará em maior destruição de postos de trabalho, e aumento do desemprego, subemprego e informalidade. A situação de pobreza e miséria já é insuportável. Esse é o ponto de partida para pôr em pé um movimento nacional, unitário e combativo. A classe operária tem de ser organizada como força motriz da revolta da maioria nacional oprimida. Um movimento, que não esteja organizado no campo da luta pelas reivindicações dos explorados contra os exploradores, não terá como derrotar o governo antinacional e antipopular, militarista e obscurantista. Eis por que as centrais, sindicatos, movimentos e correntes políticas vinculadas aos explorados têm o dever de mobilizar as massas, partindo de suas necessidades vitais, que se chocam com a exploração capitalista e com o governo burguês de plantão. Têm o dever de convocar assembleias em todos os sindicatos, unir empregados e desempregados, e constituir os comitês de base.

O País está mergulhado em uma profunda crise política, que se ampliou a partir de 2008, com a derrocada mundial da economia, cujos reflexos no Brasil atingiram o governo do PT. Lembremos que as jornadas de luta de junho de 2013 ergueram um marco no processo da crise política. Três anos depois, Dilma Rousseff seria destituída por um golpe de Estado, realizado por uma ampla frente partidária da burguesia e pelo impeachment. A derrubada do impotente governo reformista não

deu lugar a um período de estabilidade política. Ao contrário, a ditadura civil de Temer somente não caiu, porque a classe operária e demais explorados foram contidos nos marcos legais, parlamentares, da política burguesa. A responsabilidade das direções, que controlam o movimento operário, camponês, popular e

estudantil, não tem como ser escondida. Está aí por que Temer conseguiu impor a brutal reforma trabalhista, e impulsionou o plano de privatizações. Conseguiu, assim, preparar o caminho para a ascensão da ultradireita no poder do Estado.

A eleição de Bolsonaro não representou o fortalecimento da política burguesa diante da classe operária e demais explorados. Isso por que não teve como enganar a população, por um minuto sequer. Golpeado pela crise econômica, desde o início de seu governo, e, agora, atingido pela crise pandêmica, não teve como implantar um governo bonapartista, de tipo policial-militar. Estruturou um governo militarista com esse propósito. O enfraquecimento de seu governo se deu, principalmente, pela divisão no bloco da direita e ultradireita. A oposição democrático-reformista se manteve subalterna aos conflitos e cisões no campo da centro-direita, direita, ultradireita. A queda do ministro da Justiça, Sérgio Moro, expressou as poderosas forças centrífugas da crise política. Nesse quadro de desintegração do governo, comparece a dissensão de Bolsonaro com o Supremo Tribunal Federal (STF). O Congresso Nacional tem

servido de intermediação, para retardar o processo de quebra do governo ultradireitista. As direções da classe operária e demais explorados, por sua vez, se encontram adaptadas aos choques interburgueses, oferecendo seus serviços por meio da política de conciliação de classes. As provas mais visíveis se encontram nas posições capituladoras diante da reforma da Previdência e, agora, diante da política burguesa do isolamento social, que implicou a aceitação, na prática, da MP 936, e no silêncio diante das demissões em massa.

A prisão de Fabrício Queiroz reacendeu as denúncias de corrupção, e de vínculo da família Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro. Reafirmou o objetivo de Bolsonaro de colocar a Polícia Federal como guardião da bandidagem. Bolsonaro entregou a cabeça do ministro da Educação, Weintraub, como parte de negociações com o STF. Toffoli e os presidentes do Congresso Nacional negociam uma distensão. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro aceitaram transferir o processo contra Flávio Bolsonaro para o Tribunal de Justiça (TJ), o que permite ao governo ganhar tempo para suas manobras de sobrevivência. Por cima dessa movimentação, se encontram as ameaças de golpe militar. Tudo indica, no entanto, que a crise política e a desagregação do governo continuarão avançando. O fator decisivo está na luta de classes. Ou seja, no levante dos explorados contra o desemprego, a miséria e a fome. As bandeiras que devem impulsionar a luta do proletariado são aquelas que atingem a exploração capitalista do trabalho, a miséria estrutural, e a submissão do País ao imperialismo.

Caso a desagregação do governo avance rapidamente, e a crise de governabilidade se torne insustentável, a oposição burguesa tem como saída a renúncia de Bolsonaro, o impeachment, ou a cassação da chapa pelo TSE. Com a pandemia, aumentou o espectro oposicionista. De um lado, o PT e aliados; de outro, PDT, PSB, Rede e parte do PSDB. O agravamento da crise permitiu a reaproximação do PSB, PDT e Rede com a frente petista. Se essa frente ampla se consolidar, terá como guia o impeachment, o processo de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão, que se encontra no TSE, e “Fora Bolsonaro”. Esse acordo foi selado na “Reunião Fora Bolsonaro” de 23 de junho. A bandeira geral é a de “Defesa da Democracia”. Nota-se que essa frente se limita a uma via institucional, por onde se impulsionará a oposição ao governo. Estão excluídas as reivindicações de emprego, salário, direito trabalhista, e saúde. A reunião, promovida pela Frente Brasil Popular (PT) e Povo sem Medo (PSOL) teve o cuidado de evitar o enfrentamento com a burguesia. O programa emergencial de defesa da vida das massas não permitiria tamanha amplitude frentista. No fundo, a unidade entre o centro-esquerda e a esquerda reformista e centrista se resume a potencializar a oposição eleitoral a Bolsonaro, e, em última instância, servir de canal para uma solução negociada, caso o governo se desintegre de uma vez por todas.

Não há dúvida de que a maioria oprimida está contra esse governo e aspira a sua derrocada. É sobre essa base que a oposição tem como ecoar a bandeira do impeachment e do “Fora Bolsonaro”. No entanto, não depende dela para triunfar. Depende da disposição da burguesia, para remover o governo

imprestável. É o que mostram as duas experiências de impeachment, a de Collor e a de Dilma. Essa via cassa o voto de quem elegeu o presidente, por meio de uma decisão do Congresso Nacional. Somente com o consentimento da burguesia, é possível convencer as Forças Armadas a apoiarem o afastamento de Bolsonaro. Neste caso, não há dúvida de que Mourão ocupará a presidência da República, como fez Temer com o impeachment de Dilma. A convocação imediata de novas eleições é o menos provável. Esse processo político e o conteúdo de classe, que resulta na substituição de um governo burguês por outro, são escondidos dos explorados.

As formas e os métodos de solucionar a crise de governabilidade, utilizados pela política burguesa, se distinguem das formas e métodos da classe operária. O que implica pôr de lado as reivindicações vitais dos explorados, no caso da frente burguesa pelo impeachment; ou defendê-las, no caso de uma frente única de combate, sob a direção da classe operária. Esse é o problema fundamental, que emerge

da crise pandêmica, econômica e política. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de rechaçar a via burguesa oposicionista, e erguer a via proletária, revolucionária.

O Partido Operário Revolucionário não participa da frente ampla constituída pelo PT, PSOL, PSB, PDT, correntes de esquerda, burocracia sindical, etc. Mas, participa da manifestação convocada contra o governo Bolsonaro, militarista, fascizante e obscurantista. Defende e trabalha pela organização de um movimento nacional de frente única, em defesa do programa de reivindicações dos explorados, e derrubada do governo burguês, pelos métodos e estratégia da classe operária. Vincula as reivindicações vitais com a bandeira de “Abaixo o governo de Bolsonaro”. Coloca-se no movimento de frente única contra Bolsonaro, mas não apoia a via institucional burguesa do impeachment e do “Fora Bolsonaro”. Somente o proletariado e a maioria oprimida podem acabar com esse governo, sem se submeter ao Congresso Nacional, e a todo o aparato do Estado burguês. Eis por que não apenas luta sob a bandeira de “Abaixo o governo de Bolsonaro”, como sob a bandeira de derrubar a burguesia do poder, e constituir um governo operário e camponês, expressão governamental da revolução e ditadura proletárias.

Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos sob a política e a estratégia revolucionária do proletariado!

Em defesa de um plano de emergência próprio dos explorados!

convocar assembleias em todos os sindicatos! Constituir comitês de unidade entre empregados e desempregados!

Abaixo o governo burguês de Bolsonaro!

Por um governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias!

Por que o quarto ato pró-democracia foi mais fraco que o anterior?



No domingo, dia 28/06, ocorreu o quarto ato pró-democracia, em frente ao Masp, na capital paulistana. A manifestação contou com menos pessoas, comparada com a anterior, do dia 14. Provavelmente, uma conjunção de fatores contribuiu para a redução, porém, uma das explicações certamente está no problema do veto imposto às bandeiras dos partidos. Não participamos da reunião de preparação, pois, não houve divulgação da mesma. Contudo, o informe que recebemos do próprio grupo organizador do ato, ligado às torcidas de futebol, quando já estávamos na Avenida Paulista, foi o de que havia sido aprovada uma resolução com esse conteúdo na reunião.

Sendo assim, fomos questionados se aceitávamos baixar nossas bandeiras. Dissemos que sequer havíamos participado da reunião e que não fazia sentido a resolução, sendo, inclusive, um contrassenso. Afinal, como poderia um ato “pró-democracia” proibir as organizações políticas do campo dos explorados de levantarem suas bandeiras? Não concordamos, não baixamos, e não o faremos.

Cabe ainda responder ao argumento que nos foi apresentado pelo representante das torcidas. A justificativa seria a de que as bandeiras “afastam” as pessoas. Segundo o membro da organização, em outro momento, posteriormente, até caberia “liberar” as bandeiras, todavia, como nos encontrávamos ainda numa etapa de crescimento das manifestações, não seria adequado levantá-las. Chegou a dizer que as faixas estavam “autorizadas”, as bandeiras não. Quanta confusão!

É possível que a grande repercussão na mídia gerada pela faixa do POR, no dia 14, que trazia a defesa da revolução e ditadura proletárias, tenha pesado nesse sentido, uma vez que a burguesia, e os bolsonaristas em particular, se aproveitaram desse elemento para fazer alvoroço e deslegitimar a manifestação.

Como se vê, há um profundo equívoco sobre a questão da

disposição de luta das massas, refletindo o atraso político da direção do movimento. Chega a ser ingênua a explicação de que as massas não têm atendido o chamado à luta em defesa da “Democracia” pelo motivo alegado. Provavelmente, o problema real nem esteja aí, sendo que, no fundo, deve haver uma enorme pressão conservadora oriunda das bases dessas torcidas organizadas.

O verdadeiro nó da questão está na crise de direção revolucionária, que é um fenômeno histórico-mundial. As massas oprimidas e exploradas desconfiam das suas direções, pois, os principais sindicatos, centrais e demais entidades se encontram controladas por camarilhas burocráticas traidoras. Agora, por exemplo, em plena crise econômica-sanitária, os sindicatos se encontram completamente inertes, permitindo à burguesia avançar livremente sobre os direitos dos assalariados, e descarregar o ônus da crise sobre os ombros da maioria explorada.

Um problema de tal magnitude obviamente não será resolvido por uma medida administrativa, além disso, profundamente antidemocrática, como a proibição das bandeiras. Nossa resposta é: não acataremos a resolução, e defendemos que o melhor caminho para mobilizar os trabalhadores e a juventude é levantar as consignas mais sentidas, de defesa dos empregos, salários, direitos e, nesse período de pandemia, da saúde pública e de um plano de emergência. O que unifica os explorados são as reivindicações, que correspondem às suas necessidades objetivas. É preciso exigir das direções que convoquem as assembleias, ergam os comitês, e organizem o combate classista.

Vale ainda uma última consideração sobre a resposta dos partidos e organizações de esquerda diante do imbróglio das bandeiras. A imensa maioria decidiu simplesmente abandonar a luta, enviando um ou outro observador, numa atitude capituladora diante da imposição antidemocrática. Claro está que, como dissemos antes, concorreram para a desistência das correntes outros fatores, entre eles, o fato de que só participaram das três ações anteriores a contragosto, pois, vinham de uma defesa ferrenha da política burguesa do isolamento social.

O PCO compareceu numa posição intermediária. Esta organização participou da referida reunião preparatória, tendo denunciado durante a semana, em sua imprensa, que havia sido ameaçada, caso levantasse as suas bandeiras. A medida que tomou, frente à ameaça, foi se apresentar com um bloco separado, numa espécie de ato paralelo.

O POR não se isolou, nem se curvou diante das imposições. Compareceu com a bandeira de “Abaixo o governo Bolsonaro”. Levou a faixa em defesa da ditadura do proletariado, além de outros materiais de propaganda, nos quais figurava uma linha política centrada na necessidade de mobilizar massas, tomando como ponto de partida a luta pelas bandeiras mais sentidas, sem deixar de assinalar a perspectiva estratégica do proletariado, que é a tomada do poder pela via revolucionária, e a instauração de um governo operário e camponês.

Plano dos governos de volta às aulas

• *Oposição das direções sindicais* • *Que as assembleias decidam* • *Unir estudantes, professores e funcionários aos demais trabalhadores*

Vários estados anunciaram um plano de volta às aulas. Cada um segue suas particularidades. Há em comum a avaliação de que a pandemia está se arrefecendo. Faz parte dessa avaliação, a flexibilização do isolamento social e, portanto, a abertura do comércio-serviço e as atividades industriais. No mais poderoso estado da federação, São Paulo, o governador Doria e o prefeito Covas anunciaram a data de 8 de setembro, a depender da prevalência da cor amarela, que indica um nível de controle das infecções e mortes, compatíveis com a flexibilização. Isto quando a maioria das regiões do Estado está voltando para a cor vermelha, por conta de São Paulo bater cinco recordes em mortes numa única semana, três seguidos.

Notamos que tem havido uma reação da Federação Nacional de Escolas Particulares (FENEP), que pretende ter um calendário próprio de retorno. Sete capitais estão diante da polêmica sobre as condições de normalização das atividades escolares. Segundo a FENEP, Manaus, João Pessoa, Fortaleza, Goiânia, Curitiba, São Luís e São Paulo, as escolas particulares estariam prontas para cumprir o calendário de retorno, uma vez que criaram as condições protocolares de segurança sanitária. De forma que os governos não deveriam atrelar a rede privada à rede pública. O presidente do SIEE-SP, Benjamin Ribeiro da Silva, chegou ao ponto de dizer que “se a rede pública não consegue se capacitar, nós não temos culpa”. Está claríssima a pressão do poder econômico sobre a linha adotada e desenvolvida pelos governadores.

As universidades públicas estaduais, a exemplo da Unicamp, USP, etc., indicaram que iniciarão o segundo semestre em agosto, com aulas remotas. Aulas presenciais, somente em 2021. Os professores universitários temem a contaminação pelos estudantes, e aniquilam a educação pública superior. Os reitores se apoiam na portaria do MEC, que determina aulas remotas até 31 de dezembro. Os estabelecimentos privados querem o ensino presencial, já em agosto. Os negócios da educação falam mais alto que os riscos da pandemia. Estão em jogo as matrículas do segundo semestre, que garantem o pagamento das mensalidades. Às universidades públicas, não existe esse problema. Podem estender por mais um semestre as aulas virtuais, desde que seja assegurado o término do curso para um contingente de alunos do último semestre, e garantidos, assim, os vestibulares que alimentam os cursinhos. As aulas presenciais, na forma de rodízio, são uma possibilidade no ensino médio estadual e municipal, desde que o quadro pandêmico seja reduzido. É bom deixar claro que tanto os governos quanto os capitalistas da educação agirão para perpetuar o ensino a distância.

Essa discussão ocorre no momento em que a curva ascendente do coronavírus está em alta, os mortos ultrapassam 55 mil, e os infectados, 1,25 milhão. Sabe-se que é muito mais, devido à subnotificação. Se fosse para seguir o isolamento social, professores, estudantes e funcionários teriam de ficar em casa. Ocorre que não há como desvincular as atividades do ensino das demais atividades econômicas. Os governadores romperam a campanha do isolamento social, isso em todos os estados, mesmo quando a pandemia se mostrava e se mostra ofensiva. Acabaram conver-

gindo com a posição do governo Bolsonaro, que se opôs ao isolamento “horizontal”. Em outras palavras, assumiram a “verticalidade” bolsonarista. Doria, ao fazer a mudança, chegou a dizer que passaria para um “isolamento criativo”, sem se dar conta de que qualificava depreciativamente a forma anterior. De repente, já não imperava a voz da ciência e o slogan “salvar vidas”. Imperava a necessidade dos capitalistas, do comércio, serviço e indústria.

A resistência dos empresários da educação ao plano que retarda a volta da normalidade é o eco tardio dos interesses gerais da burguesia, para a qual nunca a vida da população subordinou seus negócios e lucros. Não é agora, com a pandemia, por mais mortífera que seja, que a lei econômica da exploração do trabalho será modificada, mesmo que por alguns segundos. A forma do isolamento social, concebida por médicos e cientistas, é aplicada por meio de uma política, que envolve necessariamente cálculos econômicos e financeiros. Trata-se da política burguesa de isolamento social, que foi obscurecida em seu fundamento de classe. Até onde chega o nosso conhecimento, somente o Partido Operário Revolucionário (POR), no Brasil, a qualificou com absoluta precisão. O que permitiu prever o seu limitado alcance, e o seu fracasso em defender os explorados, entre eles, os mais pobres e miseráveis.

A forma do isolamento social, concebida por médicos e cientistas, é aplicada por meio de uma política, que envolve necessariamente cálculos econômicos e financeiros. Trata-se da política burguesa de isolamento social, que foi obscurecida em seu fundamento de classe.

Os professores e todo o funcionalismo puderam cumprir a quarentena, até o momento em que se impôs a flexibilização e, portanto, a diretriz de Bolsonaro. É o que demonstra o dilema entre permanecer em casa, ou voltar ao trabalho. Certamente, há que se considerar a particularidade desse setor, uma vez que envolve milhões de estudantes da educação básica ao ensino superior. Era intenção dos governantes reduzir salários, sob o argumento do esgotamento orçamentário. Foi necessária uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor do funcionalismo público. Certamente, em primeiro lugar, em favor da burocracia estatal, que forma uma aristocracia salarial. É questão de tempo para que o governo e o Congresso Nacional retomem a reforma administrativa, para sacrificar a maioria do funcionalismo. Em São Paulo, o governo cortou o adicional noturno e o vale alimentação dos professores. Os aposentados pela SPPREV terão redução salarial, devido à aplicação de uma alíquota de imposto sobre os vencimentos acima de um salário mínimo. Esse ataque foi desfechado em plena pandemia. Na rede privada, criou-se uma celeuma jurídica, se a MP 936 seria aplicável ou não. Não se sabe ainda o alcance de sua aplicação. Mas, se sabe que os empresários recorreram às demissões, a exemplo da Uninove, em São Paulo. As implicações materiais da pandemia sobre os trabalhadores foram duras.

Não há como desvincular os professores do ensino público e privado da situação geral, embora a imprensa tenha qualificado de setores protegidos, no caso do funcionalismo público. O mais provável é que tenham de voltar às salas de aula, antes que a pandemia esteja controlada. Só não voltaram ainda, devido à particularidade de envolver milhões de crianças e jovens. Essa particularidade também não é passiva. Uma importante parcela das famílias de explorados necessita dos filhos nas escolas, para poder trabalhar. Essa pressão social é considerável, apesar dos perigos da pandemia.

Os sindicatos de professores do estado de São Paulo, tanto público como privado, lançaram uma campanha contra o plano de Doria de retorno às aulas em setembro. Não é preciso repisar o argumento lógico de que se estariam expondo professores, estudantes e funcionários à contaminação. Em especial, distintamente da escola particular, a burocracia sindical argumenta que a precariedade da escola pública impossibilita a aplicação do chamado protocolo sanitário. Em seu manifesto, os sindicatos ameaçam recorrer à greve. Parlamentares ligados à educação anunciaram a intenção de ir à Justiça contra a medida de Doria. O bom senso diz que o mais seguro é todos continuarem com a quarentena. No entanto, nem sempre o bom senso corresponde às forças materiais da realidade. Os professores da rede estadual, esmagados nas condições de trabalho e salariais, não têm a mesma influência no governo que os mestres universitários.

As pressões para o retorno às aulas vêm, principalmente, dos capitalistas da educação. As pressões desse setor se tornam mais fortes, devido à quebra do isolamento social de maneira geral. O recurso da greve não passa de ameaça, intenção e retórica. Isso por que os professores ainda estão em isolamento social, e cumpram a exigência de ministrar as aulas remotas. Se a proposta das direções sindicais é iniciar a greve no dia do retorno, o risco de fracasso é grande, uma vez que foi uma decisão tomada pela cúpula burocrática, sem que houvesse uma decisão dos três setores que compõem a educação. O correto é encarar o problema de frente.

Não é possível manter o isolamento social dos professores à parte do conjunto da economia e da retomada dos trabalhadores aos seus postos de trabalho. O que se passa, agora, com os professores, é reflexo da ausência de uma política da classe operária e demais explorados diante da pandemia, e da política burguesa do isolamento social. Essa ausência permitiu que os governantes decidissem quem iria cumprir a quarentena, e quem ficaria exposto ao contágio. Permitiu que os trabalhadores informais não suportassem o rigor da quarentena, não tendo fonte de renda, senão vendendo suas mercadorias nas ruas (os R\$ 600,00 de auxílio emergencial não deram para nada, além de excluir milhões do sistema). Quem não acompanhou o drama do transporte coletivo superlotado? Quem não viu as favelas e bairros operários empobrecidos formigarem de gente nas vielas? Quem não viu as enormes filas de pessoas aguardando receber o auxílio emergencial, ou então, à espera de uma cesta-básica?

O fato é que a burguesia e seus governos não podiam e não podem assegurar as prescrições médicas do isolamento social. Não por acaso, o sistema privado de ensino, que controla a maior

parte da educação superior, é o carro-chefe das pressões pela volta às aulas. Pretender manter o isolamento social a despeito da volta geral ao trabalho, é o mesmo que fazer a água do rio correr no sentido contrário ao seu leito. Somente uma férrea unidade da maioria oprimida, sob a direção da classe operária, poderia reagir à impotência da burguesia em proteger a população da pandemia e da crise econômica, que já vinha avançando desde 2008. Ocorre que essas mesmas direções sindicais e políticas, que ameaçam quixotesicamente com a greve, não só renunciaram a estabelecer uma política própria dos explorados, como seguiram piamente a política burguesa do isolamento social.

A tarefa colocada é a de preparar política e organizativamente a volta de professores, estudantes e funcionários. Os sindicatos e organizações estudantis devem convocar as assembleias universitárias, sindicais e populares (nos bairros, onde as famílias devem também participar e decidir).

É por meio da democracia das massas que se pode responder ao fracasso da política burguesa do isolamento social. O mesmo dissemos no momento em que os operários começaram a voltar às fábricas e demais trabalhadores ao comércio e serviços. É um imperativo da situação catastrófica sanitária e econômica, pôr em pé um movimento nacional, que unifique as universidades e as escolas às fábricas, ao comércio e aos serviços. Que unifique empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais. As assembleias e a constituição de comitês de base podem cumprir esse objetivo, colocando de lado toda sorte de corporativismo, incentivado pela burocracia sindical. O uso da greve se tornará viável, com os trabalhadores na produção social e a juventude nas escolas, possibilitando que, a partir da discussão e decisão coletivas, se organize a luta nas ruas. No momento, a pandemia continua sendo um grande problema. Eis por que um movimento das massas é fundamental para defender as condições sanitárias em favor da maioria oprimida.

Quem não viu a necessidade de submeter a rede privada médico-hospitalar às necessidades dos pobres e miseráveis? Quem não viu que o SUS sucateado não podia atender aos mais necessitados? Quem não viu a corrupção se valendo da pandemia para desviar dinheiro público? Quem não viu os empresários do sistema de transporte reduzirem a frota para proteger seus lucros? Quem não viu Bolsonaro e o Congresso Nacional imporem as MPs antioperárias e antipopulares? Quem não viu os sindicatos negociando a aplicação da MP 936?

Se a classe operária e demais explorados tivessem sido organizados, imediatamente, ao anúncio da pandemia, para estabelecer uma linha própria e um plano de emergência, tudo isso seria visto e combatido com os métodos da luta de classes. Como não foi o que passou, os trabalhadores foram arrastados de volta às atividades, não importando se a curva da epidemia havia atingido ou não o famoso "platô". E, agora, os professores, estudantes e funcionários estão pagando com a mesma moeda.

O dilema entre permanecer em quarentena, ou voltar às aulas, é extemporâneo. O problema concreto é a de como se organizar coletivamente para combater a política burguesa do isolamento social, com um programa de reivindicações, que una a maioria oprimida, para se defender das condições de desintegração do capitalismo e da barbárie social.

Organizar a campanha nacional contra o retorno às aulas via EaD

Condicionar a deliberação sobre o retorno à realização das assembleias universitárias

A crise pandêmica abriu o terreno propício para o avanço do Ensino a Distância (EaD) em escalas inimagináveis. Toda legislação anterior, sobretudo a LDB de 1996, do privatista FHC; a criação da Universidade Aberta do Brasil, sob o governo Lula; a reforma do Ensino Médio e o Decreto nº 9.057/2017 de Temer; e a Portaria 2.117/2019 de Bolsonaro pavimentaram o caminho para o ataque atual. Mas, a sanha privatista e destruidora é tamanha que, assim como a Reforma trabalhista de Temer foi ainda mais rebaixada com a MP 936 de Bolsonaro/Guedes, a permissiva legislação do EaD, existente até então, foi totalmente flexibilizada com a portaria 345/2020.

Em algumas Universidades, está havendo oposição ao retorno não presencial, porém, falta uma coordenação nacional desta luta. Na página do Andes, há notícias sobre a movimentação da ADUFC contra a imposição do reitor interventor, assim como na UEPB, a ação contra o a imposição do reitor do PCdoB. Vê-se que, com variações, as reitorias de vários matizes estão empurrando o EaD (com novos nomes: ensino remoto, emergencial, híbrido, flexível...).

O Andes anunciou que o GT de Políticas Educacionais está elaborando uma nova cartilha, alerta para o fato de que o EaD é parte do projeto do capital, de mercantilização, barateamento e aligeiramento da formação. Destaca os perigos do ponto de vista das perseguições político-ideológicas e do controle de dados sobre a vida acadêmica de milhares de integrantes das comunidades universitárias, pelas corporações que ofertam as plataformas digitais. Até mesmo, oferece modelos de ações jurídicas para as entidades que quiserem contrapor-se ao retorno virtual. Mas, não há uma campanha unificada contra o EaD. A bandeira aprovada nos congressos anteriores acaba sendo amenizada, ou até ocultada, em nome da subordinação à política burguesa do isolamento social.

É importante distinguir a defesa científica do isolamento para evitar o contágio da política efetivamente implantada, que garantiu o isolamento a apenas setores mais altos das classes médias e burguesia, e continuou expondo a classe operária, camponeses e trabalhadores informais ao vírus. Em nome do #fique em casa, as burocracias sindicais desmontaram todas as lutas, e a burguesia avançou nas contrarreformas trabalhista e da educação, além de fazer passar outras “boiadas”.

Flexibilização total do EaD

Nas últimas semanas, generalizou-se uma nova verdade revelada às comunidades universitárias. “O que está se propondo não é EaD, mas sim o Ensino Remoto Emergencial (ERE)”. É preciso buscar o fundamento desta distinção e suas consequências políticas.

Vemos que esta diferença não aparece nas medidas do MEC. Quando Weintraub anunciou a portaria 343/2020, em 17 de março, estabelecia, “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, **nos limites estabelecidos pela legislação em vigor(...)**”. O Conselho Nacional de Educação explicou, em nota de 18 de março, que os limites eram aqueles referentes à portaria 2.117/2019, que permite a oferta de 40% da carga horária dos cursos presenciais na modalidade EaD. Com as condições de que isto esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, e que os estudantes sejam informados desta oferta antes dos processos seletivos. Ou seja, em cursos já existentes, a oferta só poderia ocorrer no período letivo posterior à alteração do PPC.

É importante distinguir a defesa científica do isolamento para evitar o contágio da política efetivamente implantada, que garantiu o isolamento a apenas setores mais altos das classes médias e burguesia, e continuou expondo a classe operária, camponeses e trabalhadores informais ao vírus.

Mesmo a permissiva legislação bolsonarista era um entrave à aplicação atropelada do EaD. Weintraub reeditou a medida como 345, em 19 de março, retirando a frase “*nos limites estabelecidos pela legislação em vigor*”. Um vale tudo que, neste momento, atendeu à pressão direta das faculdades e escolas privadas. Segundo o coordenador da Universidade Corporativa Semesp, Marcio Sanches, em uma semana de “transformações tecnológicas” foi quebrada uma resistência de mais de 15 anos. A Portaria nº 544, de 16 de junho, não alterou significativamente o sentido da flexibilização do EaD. E prorrogou a possibilidade de suspensão do calendário ou substituição por “*atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais*”, até 31 de dezembro de 2020.

Privadas: pagar por presencial e receber EaD

No momento inicial, as faculdades privadas não distinguem EaD e ensino remoto. O SEMESP, em seu *Informe às mantenedoras associadas sobre o novo coronavírus/covid-19*, de 14 de março, apoia-se na referida portaria 2.117, para indicar “*adoção da modalidade EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais*”. Tal adoção, porém, passou a gerar um problema ligado ao “direito do consumidor”. Estudantes começaram a se queixar que estavam pagando mensalidade presencial para aulas a distância, que são mais baratas. A Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) respondeu, então, com uma pretensa distinção **profunda** entre EaD e ensino remoto, alegando que

mantinha os custos e gastava mais para garantir novas tecnologias. Isso enquanto universidades demitem em massa, e se apoiam nos equipamentos e gastos de energia e internet dos próprios estudantes e docentes.

A mesma SEMESP, que não distinguia EaD e ensino remoto em 14 de março, em 1º de abril, anunciou que o produto ofertado na pandemia se chamava “aulas remotas síncronas”, dizendo que “Com o uso de plataformas digitais, metodologia de ensino remoto on-line e ao vivo é uma conexão do presencial com a casa do aluno”. A argumentação é de que seria um produto muito diferente e superior ao EaD, em que “os conteúdos são em grande parte gravados e reaproveitados em larga escala, prevalecendo as atividades assíncronas, conduzidas na maioria das vezes por tutores, o que permite uma redução de custos a essa modalidade”. O CEO da Ânima Educação, Marcelo Battistella Bueno, completa: “é importante ressaltar que esse modelo não se confunde com o denominado Ensino a Distância. Nossos estudantes estão vivendo a experiência digital junto com seus professores habituais, por meio de salas de aula virtuais, onde o ambiente oferecido é de simultaneidade, ao vivo, em locais diferentes para proteção de toda a sociedade, nesse momento atípico que enfrentamos”.

A pressão pelo EaD, o jogo de palavras confusionista, e a ausência de busca de outras saídas, que preparem medidas de biossegurança para o retorno presencial, expressam a pressão do capital financeiro em impor seu plano destruidor, incorporado por Bolsonaro, que anunciava a intenção de abrir até a educação infantil para o EaD.

A nova nomenclatura passou a ser adotada com a finalidade de enganar os estudantes, dizendo que não estavam vendendo EaD (conhecido pelo baixo custo e baixa qualidade), mas sim virtualizando o ensino presencial.

O uso do “remoto” pelas reitorias

A distinção foi funcional também para as burocracias universitárias que, ante a resistência de Conselhos Profissionais e entidades representativas, passou a chamar suas soluções digitais para o retorno às aulas de “ensino remoto”, justificando o nome pelo caráter emergencial. Geralmente, a medida vem precedida das reuniões e consultas virtuais que, efetivamente, não levam a uma construção coletiva. Mas, dão um verniz democrático à imposição do EaD, e levantam a esperança de que haverá pacotes de internet e distribuição de equipamentos para os estudantes de baixa renda. A burocracia universitária chega a mencionar que o MEC poderia abrir um tipo de “REUNI virtual”, para ga-

EaD

rantir recursos para estas medidas. No dia 1º de julho, o MEC anunciou que “vai fornecer internet a alunos de baixa renda de instituições federais”, podendo alcançar até 906 mil estudantes.

É interessante que, em 2009, nos protocolos do CNE para o enfrentamento à pandemia de H1N1 só se referiram ao ajuste de calendário. No Brasil, o impacto foi muito inferior à atual crise sanitária, porém, a oferta do governo da solução das aulas virtuais não é obra do acaso, e sim a consequência do avanço anterior, que já garantiu que a maioria das vagas no ensino superior sejam em EaD, bem como a sanha do capital em buscar mais ramos para valorização e degradar mais o ensino público, como parte da sustentação do parasitismo da dívida pública. A pressão pelo EaD, o jogo de palavras confusionista, e a ausência de busca de outras saídas, que preparem medidas de biossegurança para o retorno presencial, expressam a pressão do capital financeiro em impor seu plano destruidor, incorporado por Bolsonaro, que anunciava a intenção de abrir até a educação infantil para o EaD. Ao conduzir o retorno “remoto”, as reitorias servem a estes interesses.

A origem da distinção entre “Ensino Remoto Emergencial” e EaD

Procuramos mapear a origem desta distinção, usada de forma oportunista, com vários interesses políticos e econômicos. Encontramos o artigo “The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning”, de 27 de março, assinado por cinco especialistas em Design e Tecnologia Instrucional das Universidades da Geórgia, Virgínia e Massachussets, nos Estados Unidos. Os autores informam sobre a existência de um debate acalorado nas mídias sociais, entre pesquisadores e profissionais da educação on-line, e a chegada a um termo comum de “‘ensino remoto emergencial’ para estabelecer um claro contraste com o que muitos de nós conhecemos como educação on-line de alta qualidade”. O propósito seria o de não reforçar o “estigma de qualidade inferior ao aprendizado presencial”, pois, “Esses movimentos on-line apressados de tantas instituições, ao mesmo tempo, podem selar a percepção do aprendizado on-line como uma opção fraca, quando, na verdade, ninguém que faz a transição para o ensino on-line nessas circunstâncias estará realmente projetando para tirar o máximo proveito dos recursos e possibilidades do formato online”.

O uso do termo “ensino”, em vez de “aprendizagem”, seria mais adequado, pois, o que se sabe é que o professor tentará ensinar, não se sabe ainda como será o aprendizado. O fundamental seria o caráter temporário, o que traz o “emergencial” das soluções educacionais para situações de crise. A distinção, portanto, nasce no seio dos “teorizadores” do ensino tecnicista, com a finalidade de tentar preservar o termo “EaD”, já “estigmatizado” da identificação com o baixíssimo nível e precariedade do “remoto emergencial”. A diferença relativa e conjuntural entre o EaD emergencial e o regulamentado passa a ser tratada como absoluta, como se fossem duas modalidades distintas. Uma pseudoteoria feita por encomenda, e usada conforme interesses de ocasião.

Movimentos da Educação “flexibilizam” combate ao EaD

Não é novidade que as entidades nacionais estudantis, dirigidas pelo PCdoB e PT, se adaptaram à defesa do EaD. Na nota



da diretoria da UNE, de 5 de junho, afirma que a modalidade carrega “contradições”, conforme é “utilizada e regulamentada”. Tanto “serve como instrumento para democratizar e ampliar o acesso”, como pode servir à “financeirização da educação”. Por essa via, de ver o lado bom/lado ruim, sem apontar a essência destruidora do EaD, excrescência brotada na fase imperialista do capitalismo, traça uma política de adaptação ao privatismo, e luta por um melhor uso e regulação. Reconhecendo que a aula remota improvisada não é EaD, a nota diz que “o ensino remoto não é um modelo ideal, de modo que debatemos sobre o método apenas em um marco transitório e excepcional”. Após aceitar o EaD (remoto), e não apontar nenhuma forma de luta concreta, passa a colocar “condições” regulatórias para que não reforce a exclusão, desigualdade e privatização. Já sabendo das movimentações do MEC para garantir pacotes de internet, UNE, UBES e ANPG lançaram a campanha #InternetPraGeral, e agora cantam vitória.

Como o ANDES não está fazendo uma campanha contra o EaD, os documentos da direção ficam ocultos em arquivos em pdf, de difícil visualização no site, e sem repercussão nas redes sociais, como a “nota da diretoria do andes-sn de repúdio à proposta do mec de ead em substituição ao ensino presencial”, de 18 de março de 2020 e o anexo da Circular nº 173/2020, de 27 de Maio de 2020, assinado junto com a Assessoria Jurídica Nacional. Neste anexo, intitulado “Notas preliminares sobre Educação a Distância (EaD) e trabalho remoto do(a)s docentes em tempos de pandemia”, lê-se que “O fato do Sindicato Nacional ter essa posição crítica sobre o EaD não significa que não sejam reconhecidas sua necessidade e importância em determinadas situações e contextos. Mas, jamais pode ser usado como substituição absoluta do ensino presencial, e sem a devida garantia de condições de trabalho adequadas, especialmente em período que não permite preparação prévia de docentes e discentes que não escolheram por essa modalidade.” Ou seja, a rejeição ao EaD é acompanhada de fissuras que indicam a aceitação da negociação da implementação do remoto. Estas contradições ajudam a compreender por que não há uma campanha real do Andes contra o EaD neste momento, em que ele se apresenta concretamente.

O artigo de Eblin Farage, publicado no Le Monde de 12 de junho, também aponta estas fissuras. A secretária geral do Andes apresenta todas as denúncias do privatismo e exclusão, porém, tem como proposta política, apenas, retardar a aplicação das aulas digitais. Afirma que o que está sendo proposto é um “arremedo de EaD”. Após evidenciar que os docentes compõem as “classes A e B”, tenta apelar para que eles aproveitem o isolamento para manter seu trabalho remoto, cuidado da família e afazeres da casa junto com suas pesquisas, estudos

e ações de solidariedade. Em vez de chamar à luta contra o EaD, apenas pede mais tempo. Afirma: “Se o isolamento social perdurar por muitos meses, o que a conjuntura parece não indicar, aí teremos tempo de **preparar uma verdadeira adaptação a educação a distância**. Sim, aí será educação e não ensino, já que exigirá preparação dos professores, garantia de acesso à tecnologia da informação para professores e estudantes, e adequação de acesso a material didático, entre tantas outras demandas”. Diante da distinção entre arremedo de EaD (remoto) e o EaD regulamentado, passa a idealizar uma possibilidade de que esta modalidade seja aplicada com “qualidade”, sem exclusão e desigualdade, sem privatismo. Por fim, Eblin defende “ensino presencial como forma hegemônica”, capitulando à defesa do EaD. É preciso que a direção do ANDES organize uma campanha nacional contra o EaD. O caminho atual de embates jurídicos isolados por sessão sindical e individualização da aceitação deve ser rejeitado.

Assembleias Universitárias para debater o retorno às aulas

Qualquer decisão sobre o retorno às aulas (virtual ou presencial) deve ser precedida de assembleias presenciais das categorias e gerais (universitárias). Não será possível barrar o projeto de destruição da educação, agravado pelo envio do Future-se ao Congresso Nacional, simplesmente ficando em casa, e esperando o dia em que todos estejam vacinados. Os levantes antirracistas no mundo mostram que as contradições da crise econômica e sanitária empurram as massas à luta. Teremos sim de pensar como garantir as medidas sanitárias ao nosso alcance para realizar as assembleias, mas não podemos abrir mão deste instrumento de luta. As assembleias virtuais e atos virtuais são verdadeiras farsas. No meio operário, as assembleias virtuais só serviram para legitimar a redução de salários e demissões. Uma assembleia real pressupõe debate democrático e, principalmente, compromisso dos presentes em materializar as decisões. As assembleias virtuais só decidem ações virtuais, inócuas para impedir os planos da burguesia e seu Estado. A impotência abre caminho para o mantra neoliberal que diz “não há alternativas”. Sob esta orientação, os movimentos apenas tentarão pressionar por melhorias, dentro de um plano destruidor da Educação, do funcionalismo e da juventude. Para enfrentar tamanha ofensiva, somente com os métodos da luta de classes, por meio da formação de comitês de luta, por meio da ação direta, rompendo todo corporativismo, e buscando a unidade com os demais trabalhadores e juventude oprimida, que estão arcando com todo peso da crise econômica e pandêmica.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

Rondônia

GOVERNADOR APROVEITA A PANDEMIA PARA AUMENTAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

No dia 16 de março, o governador decretou o isolamento social, e as escolas fecharam suas portas. A categoria esperava que a direção do sindicato (Sintero) discutisse com os trabalhadores da educação as medidas a serem tomadas, e que encaminhasse à Seduc as reivindicações aprovadas. Mas, nada disso ocorreu. Os burocratas se limitaram a encaminhar, por meios virtuais, as informações sobre as exigências do governo, e a fazer palestras e debates pelas redes sociais.

A direção do sindicato acatou passivamente a política burguesa do isolamento social, desmarcou o Dia Nacional de Luta, de 18 de março, suspendeu as assembleias, e abandonou a luta por salário e por melhores condições de trabalho. Tudo em nome da “segurança sanitária”, para proteger vidas.

O governo ficou de mãos livres, para impor a quarentena e manobrar com o calendário escolar. Assim, na semana seguinte, por meio de um decreto, autorizou que o recesso do meio do ano (julho) fosse antecipado para a segunda quinzena de março. Os burocratas do sindicato se limitaram a dizer que, em período de pandemia, era inconstitucional o decreto, e que recorreriam à Justiça. O governo continuou nos ataques. Após a segunda quinzena de abril, impôs as aulas on-line. Diante do silêncio do Sintero, a categoria ficou à mercê das exigências do governo, tendo de trabalhar mais para dar conta do ensino

remoto, chegando a 14 horas diárias. As consequências foram imediatas: esgotamento físico e mental. É comum o ouvir dos professores a expressão “podemos não morrer pelo coronavírus, mas estão morrendo de tanto trabalhar”.

A Corrente Proletária (POR) se colocou contra a política burguesa do isolamento social, porque o governo e a burguesia não podiam assegurar que todos ficassem em quarentena, enquanto durasse a pandemia. Os capitalistas, por sua vez, não permitiriam que a economia ficasse paralisada por muito tempo, e exigiriam a retomada das atividades, mesmo sabendo que a pandemia se alastrava, e a quantidade de mortes continuava destroçando milhares de famílias por todo o país. A Corrente Proletária se manifestou contra o ensino a distância (EaD) e seu filhote, o ensino remoto. Exigiu que o sindicato convocasse assembleia presencial para que os trabalhadores da educação pudessem aprovar seu próprio plano de emergência e o caminho para enfrentar os ataques dos governantes. Denunciou a política de conciliação de classes da burocracia sindical, e o silêncio diante dos decretos governamentais. E vem chamando os trabalhadores a constituir essa fração de oposição à direção do sindicato, apoiada no programa classista e de luta pelas reivindicações de emprego, salário, direito, saúde e educação públicas.

Ceará

Realizada plenária do curso de Letras da UFC

Direção reformista do PSOL omite o caráter de sucateamento e ataque do EaD sobre as universidades públicas, e não encaminha assembleia geral!

No último dia 29 de junho, houve uma plenária virtual, convocada pelo Centro Acadêmico (CA) dos estudantes de Letras, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Como proposta de pauta, foi discutido: informes, PPE (Plano Pedagógico Emergencial), imposto pela reitoria e Aulas Remotas. A reunião contou com pouco mais de 100 estudantes, menos de 10% do número total de alunos do curso, e foi dirigida pela juventude do PSOL, por meio de seu coletivo “Afronte”, uma vez que este dirige o CA.

Os principais pontos tratados foram “PPE” e “Ensino Remoto”. Houve total rechaço dos estudantes ao Plano, porém, com o argumento de que ele deveria ter sido discutido amplamente nas diversas instâncias da Universidade para modificação e, posteriormente, sua aprovação; mas a verdadeira discussão deveria contrapor o projeto imposto pelo ditador Cândido Albuquerque a um plano originado do seio do movimento estudantil, discutido e aprovado em Assembleia Geral. Além disso, sobre o “Ensino Remoto” presente no “PPE”, percebe-se uma ilusão dos estudantes, ao diferenciá-lo do modelo EaD, não percebem que um corresponde ao outro, e a única diferença que caberia discutir seria o caráter mais sucateado do “Ensino Remoto”. Como proposta de encaminhamento, foi lida e aprovada a propaganda e assinatura

nas redes sociais, de um manifesto que, na prática, não mostrou ser contra o EaD, e sim contra a sua implantação sem infraestrutura plena garantida a todos os estudantes. Em resumo, essa política se deteve em dizer “Nenhum estudante fica para trás!”. Isso expressa a incapacidade das correntes reformistas, a exemplo Afronte (PSOL) – direção no CA –, de mostrarem o verdadeiro caráter de sucateamento e ataque que o EaD promove à Universidade Pública e que, independentemente de infraestrutura, o mais correto, do ponto de vista da defesa da Instituição e da vida dos estudantes, seria “Todo rechaço ao EaD, excrecência do capitalismo sobre a Educação”. Por último, a plenária nem sequer serviu à agitação de uma proposta em defesa de Assembleia Geral na UFC.

Nesse contexto, a CPE-POR interveio, desmascarando a falsa diferenciação de “Ensino Remoto” e “EaD”, e fez a crítica ao manifesto, que omitia o verdadeiro caráter desse modelo de ensino, não cabendo limitar o seu rechaço à mera falta de infraestrutura a todos. Por último, apresentou a necessidade da elaboração de um plano do movimento estudantil independente, e a defesa de uma Assembleia Geral para aprovação do projeto, uma vez que o Plano apresentado é imposto pela burocracia universitária, e que não representa a maioria da universidade: os estudantes.

Ceará

Que fazer, diante do ataque da Prefeitura, que retira férias, 1/3 de abono e 40% do 13º?

No final de abril, Roberto Cláudio (PDT) publicou, no DOM, o decreto 14.652, que suspendia o gozo de férias e o pagamento do correspondente 1/3 de bonificação, até o fim de seu mandato, em 31 de dezembro deste ano. Em 2 de junho, foi a vez da Prefeitura anunciar a suspensão do pagamento dos 40% do 13º salário, tradicionalmente pago em junho. Com isso, até o pagamento da 2ª parcela do reajuste de 12,82%, acordado entre a Prefeitura e a categoria em fevereiro, pode não ser concretizado. O representante da oligarquia Ferreira Gomes tem alegado dificuldades financeiras, mas é fato que se aproveitou do recuo da categoria e da política de conciliação de classes do Sindiute.

No dia 1º de julho, tiveram início as férias dos professores da rede estadual, assim como o pagamento de 1/3 de abono de férias. No município de Caucaia, o maior da RMF, o mesmo ocorreu. O fato da rede municipal continuar em atividades releva um contraste, que tem revoltado os professores.

Que tem feito a direção do Sindiute?

A direção do Sindiute (Articulação/PT) tem dito que o caminho é pressionar o prefeito, via redes sociais, para que seja recebida em audiência de negociação. A ideia é que o sindicato seja

recebido pela prefeitura, para uma negociação, sem a presença na categoria nas ruas; o que resultaria, na melhor das hipóteses, em conquistas insignificantes (como talvez o gozo de férias sem o pagamento do abono) ou, na pior delas, nenhuma conquista sequer. Esta mesma direção do Sindiute, que tem orientado pais e professores a gravarem vídeos inócuos e os enviarem para as redes sociais da prefeitura, chegou ao ridículo de mandar confeccionar bonecos, com o rosto dos professores, para os colocar em frente do Paço Municipal, demarcando um ato simbólico, já que a categoria não poderia ir, em razão da pandemia. Essa grotesca e risível ação serve, contudo, para continuar a rejeitar a bandeira defendida pela CPE/POR, de exigir assembleia presencial já!, e ato de rua na prefeitura para arrancar nossas reivindicações.

Os ataques são muito profundos, para uma categoria acostumada a tantas conquistas parciais. A crise serve ao prefeito para golpear o funcionalismo. Não pode haver vitória pelo caminho das reuniões e pressões virtuais. A saída se encontra na ação direta, na volta às ruas, como tem já ocorrido no Brasil com as manifestações contra Bolsonaro e o racismo. A CPE/POR trabalha para que encaminhamento se torne real.

Rondônia

Prefeito encaminha projeto de aumento de diversas alíquotas

Em pleno aumento da pandemia em Porto Velho, que lidera as estatísticas em Rondônia, o prefeito, Hildon Chaves/PSDB, no dia 29/06, juntamente com o presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM –, encaminharam à Câmara de Vereadores um projeto em caráter de urgência, para aumentar as alíquotas da assistência médica e Previdência. Trata-se de um projeto já aprovado de forma on-line pelos conselheiros do instituto.

Esse projeto ataca frontalmente o conjunto dos servidores, porque aumenta a contribuição dos servidores ativos, de 7% para 9%, e um 1% a mais por cada dependente. Para os aposentados, de 10% para 14%, para que continuem com assistência médica. Isso para o contingente de aposentados que necessitam ir com mais frequência ao médico. Os descontos da Previdência, de 11% passam para 14%, para os ativos. Também retira o auxílio funeral. Esse brutal desconto ocorre no momento em que os salários estão congelados até dezembro de 2021, segundo diretriz do governo Bolsonaro.

É bom lembrar que em fevereiro, foi anunciado que iria ocorrer o aumento das alíquotas do Ipam. Nessa ocasião, os servidores municipais realizaram manifestação em frente ao Instituto para barrar o tal aumento. A vereadora Elis, do PCdoB, também presidente do sindicato dos servidores do município de Porto Velho (Sindeprouf), colocou por constituiu uma comissão de servidores para levantar os gastos, o que denominou de um gesto de “boa vontade”. Desviando, assim, a luta das ruas para o terreno das instituições do Estado. O movimento foi desmontado. Agora, o prefeito aproveita o período do isolamento social para desfechar

o golpe sobre os servidores, alegando que a arrecadação não está cobrindo as despesas da assistência médica. E o resultado, segundo o prefeito e o presidente do instituto, é que não estão podendo pagar os médicos e clínicas e, por isso, estão se descredenciando.

Também é bom lembrar que os servidores têm insistentemente exigido a prestação de contas do instituto, mas nunca obtiveram uma resposta. O que se sabe é que o instituto alugou um prédio, no valor de R\$ 50 mil, e que a cúpula recebe altos salários, e gratificações pelos cargos burocráticos.

Diante do descontentamento generalizado dos servidores, os vereadores se “comprometeram” a não aprovar o projeto de aumento das alíquotas, nesse momento de pandemia. Mas, não rechaçaram. Certamente, nessa decisão de adiar, pesam as eleições municipais que se avizinham.

A Corrente Proletária da Educação se coloca contra mais esse projeto, que saqueia os já miseráveis salários da maioria dos servidores. Levanta a reivindicação de cobrança do retorno, para os cofres da Previdência municipal, das contribuições sonegadas pela Câmara de Vereadores, que já tinha na época em seus quadros a vereadora Elis Regina, e pelo Executivo, durante a gestão do prefeito Roberto Sobrinho, do PT, fato denunciado por um conselheiro da Secretaria de Saúde em plena audiência pública, em janeiro deste ano, na Câmara de vereadores. Defende um sistema único de Previdência, público, inteiramente sob o controle dos servidores. E exige que os sindicatos convoquem as assembleias presenciais, para que o projeto seja rechaçado, e se aprove o caminho da luta direta para enfrentar mais esse ataque do prefeito.

Debate sobre a democracia e ditadura proletária: política reformista e política proletária revolucionária

Aconteceu, no dia 30 de junho, um debate virtual, chamado pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE), seção São Paulo, com o tema “Democracia e Ditadura do proletariado”. Ressaltamos a importância de o sindicato ter promovido o debate, motivado pela projeção nacional da bandeira do POR, na manifestação de 14 de junho, com os seguintes dizeres “Em defesa da revolução e ditadura proletária”. Três professores do IFSP foram chamados, um militante porista, um do PSOL e uma professora independente que atua no sindicato. O vídeo do debate se encontra disponível nos canais do Sinasefe-SP, no youtube e facebook.

[Valério Arcary] No afã desta defesa, concluiu sua análise de conjuntura associando o impeachment a um suposto conteúdo revolucionário de derrubada do governo, “Portanto a tarefa da esquerda era ir às ruas dizer que, para salvar vidas, para garantir empregos, para defender os direitos sociais, é necessário derrubar Bolsonaro. É necessária uma mobilização política que tem um conteúdo revolucionário, que é derrubar governo. E a forma de concretizá-lo é a tática do impeachment”.

Apresentaremos, aqui, apenas as principais divergências políticas apresentadas pelos debatedores, sem nos deter sobre alguns ataques pessoais e impropérios proferidos pelo militante do PSOL, Valério Arcary.

Ainda que o debate tivesse como mote a bandeira estratégica porista de revolução e ditadura proletárias, a essência ficou em torno das formulações táticas, análises de conjuntura e as bandeiras que devem ser levantadas pelo movimento de massa, nomeadamente o “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”.

Abrimos o debate com uma frase de Lênin que diz que “somente é marxista aqueles que estendem o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado”, e ainda podemos complementar aqui, com outra formulação extraída de seu *Contribuição a história do problema da ditadura*, que diz, “Quem não compreendeu a necessidade da ditadura de toda classe revolucionária para assegurar sua vitória, não compreendeu nada da história das revoluções ou nada quer saber sobre isso”. Mostramos que a questão da ditadura do proletariado é, essencialmente, uma consequência direta do reconhecimento da luta de classes, e uma necessidade para se manter as conquistas da revolução, ou seja, um problema não apenas teórico, mas essencialmente prático. Neste sentido, como um problema prático, nos cabia mostrar que o POR não levantou esta bandeira, na manifestação, descolada da realidade, ou seja, descolada dos problemas imediatos da classe operária e demais oprimidos. Mostramos isso no debate, quando dissemos que, em todas as manifestações de rua deste período, apenas o POR tem levado

suas bandeiras e palavras de ordem em defesa do emprego, salário e condições de vida das massas. Especialmente, na referida manifestação, levávamos cartazes de defesa dos operários da fábrica Kostal, que está com ameaça de demissão de 300 trabalhadores. Em uma palavra, como um partido marxista-leninista-trotskista, cabe defender as reivindicações mais sentidas das massas exploradas na medida em que levam a se chocar com o poder econômico, a burguesia de conjunto. O movimento pela democracia e impeachment e Fora Bolsonaro desconhece completamente as necessidades elementares dos explorados. É neste contexto que a bandeira de revolução e ditadura proletárias despertou a atenção da imprensa burguesa, e serviu de motivo para os ataques dos bolsonaristas.

O militante do PSOL fez sua análise de conjuntura e expressou claramente que a tarefa principal do movimento, neste momento, é lutar pela remoção de Bolsonaro, através do impeachment. No afã desta defesa, concluiu sua análise de conjuntura associando o impeachment a um suposto conteúdo revolucionário de derrubada do governo, “Portanto a tarefa da esquerda era ir às ruas dizer que, para salvar vidas, para garantir empregos, para defender os direitos sociais, é necessário derrubar Bolsonaro. É necessária uma mobilização política que tem um conteúdo revolucionário, que é derrubar governo. E a forma de concretizá-lo é a tática do impeachment”.

O militante psolista precisa, antes de mais nada, decidir se a mobilização de massas nas ruas é ou não a tática correta neste momento. Nesta passagem a defende, em outra, a nega veementemente por conta do risco do contágio e, no final, retorna com a ideia de que para o processo de impeachment ir para frente é necessário uma “mobilização majestosa, poderosa, colossal, por baixo”, para conseguir “uma maioria dentro de um congresso nacional onde a representação é das grandes bancadas ligadas ao empresariado e à bancada do latifúndio, a bancada dos banqueiros...”.

E ainda retornou, em outro momento, com a seguinte posição: “não podemos confiar que o Congresso e o Supremo Tribunal serão trincheiras suficiente para deter Bolsonaro, muito menos para derrubá-lo, sem uma mobilização em grande escala num patamar realmente histórico, monumental, de milhões de pessoas nas ruas..., não será possível que uma maioria de deputados, que obedece aos interesses da avenida Paulista e da avenida Faria Lima..., aceite a votação do impeachment”.

Para além da dúvida de Arcary, se se deve ou não mobilizar nas ruas, fica patente a defesa incondicional da “bandeira central que é o impeachment e o Fora Bolsonaro, para que os negros não continuem sendo assassinados nas periferias, para que não morram mais jovens, como João Pedro, e impeachment para po-

der vencer a pandemia e ter uma coordenação nacional, que tenha como prioridade salvar vidas e não salvar os negócios dos grandes capitalistas...". Esta frase reflete o profundo oportunismo do reformismo, que, para iludir as massas, associa a derrubada do governo fascistizante de Bolsonaro com o fim da matança dos jovens negros nas favelas, o fim da pandemia, etc. Uma impostura! Como se o extermínio da população preta e pobre tivesse começado com a eleição de Bolsonaro, em 2018. Como se esta não fosse uma das consequências mais claras da decomposição e barbárie capitalista. Com essa retórica oportunista, Valério Arcary mostra que de marxista não tem nada, e se encontra perdido em suas análises metafísicas sobre a crise econômica e política.

Respondemos, prontamente, que o impeachment é um instrumento burguês antidemocrático de solução da crise de governabilidade. Que a decisão se o processo deve prosseguir no parlamento cabe exclusivamente ao poder econômico (a burguesia), e seus representantes corruptos e corrompidos da Câmara e Senado. Não se trata de um instrumento dos trabalhadores, como quis fazer parecer Arcary. O Fora Bolsonaro tem como objetivo o desgaste eleitoral do governo. Desgaste este que pode ser capitalizado pelas esquerdas, adaptadas ao jogo eleitoral, em 2022. Por outro lado, o Fora Bolsonaro aponta para a saída institucional, o impedimento. Por aí, as massas não passam de brinquedo na disputa interburguesa em torno à governabilidade.

Concordamos com a necessidade de se derrubar o governo militarista, fascistizante e ultraliberal, mas pelas mãos da classe operária e demais explorados, pela ação e política da classe operária. Sendo assim, a tarefa colocada é a de organizar os trabalhadores em seu retorno ao trabalho, convocar as assembleias para discutir e criar um plano próprio de emergência, onde uma das tarefas é o combate ao governo miliciano. Com independência de classe, um plano próprio de emergência levantado pelos trabalhadores, e com seu método próprio de luta, é que será possível pôr abaixo o governo Bolsonaro.

Outro ponto que se destacou no debate foi o desconhecimento de Arcary em relação à política burguesa do isolamento social. O POR vem caracterizando, desde março, a política burguesa diante da pandemia, em oposição ao método científico do isolamento social. Este último não pode ser aplicado no capitalismo. Desta forma, apontamos o erro das esquerdas em cancelar o dia 18 de março, Dia Nacional de Lutas, deixando passar a melhor oportunidade para que os explorados se colocassem por uma resposta e um plano de emergência próprios. E não se submetessem como carneiros à política burguesa do isolamento social. A resposta de Arcary foi, "Estamos numa situação reacionária, reacionária. E você defendendo que temos que chamar as massas às ruas em plena pandemia... dizendo que o risco do vírus é menor do que o risco de morrer de fome está equivocado... o risco de morrer com vírus é real e imediato. E, portanto, não havia nenhuma condição de chamar as massas no 18 de março às ruas... era uma irresponsabilidade política". O que a política vulgar e temerosa do reformismo não expressa – curiosamente não são capazes de fazer sequer uma análise a posteriori – é que as massas estão nas ruas. Sejam massacradas nos transportes, sejam nas ruas para trabalhar, sejam nas ruas para se manifestar, no Brasil, nos Estados Unidos, e em muitas partes do mundo. Os

reformistas não querem ver que a volta às ruas, agora, é infinitamente mais perigosa que em 18 de março, mas, mesmo assim, estão voltando a se manifestar, afinal, não se trata de vontades subjetivas das pessoas, e sim de necessidades concretas. Dessa forma, a irresponsabilidade política é compactuar com a política burguesa do isolamento social, se retirar da luta para enveredar no assistencialismo, colaborar com a aplicação da MP 936, aceitar passivamente as demissões, comemorar a miséria dos R\$ 600,00, que, segundo Arcary, foi uma vitória da oposição no parlamento.

O psolista está errado do começo ao fim. Pode ser, provavelmente, o nível de consciência dos oportunistas, que se valem da paralisia da classe operária e das ilusões de camadas da pequena burguesia no PT, PSOL, etc. A essa outra impostura respondemos que nada é incompreensível para as massas, se não entendem imediatamente, é dever dos revolucionários explicar pacientemente, quantas vezes forem necessárias.

A chamada "tática do impeachment" e mobilizações que o reformismo impulsiona, como as campanhas virtuais de "twitaços", "panelaços", etc., tem como pano de fundo uma profunda descrença na capacidade dos trabalhadores de lutarem por seus direitos, com seus métodos próprios. Neste sentido, mostramos, no Jornal Massas 612, a ideia equivocada de outro militante do PSOL, da mesma corrente que Valério Arcary, de que a bandeira de revolução e ditadura proletárias é "incompreensível para os trabalhadores". Desta vez, a variante da mesma ideia foi, "só com milhões nas ruas e a mobilização de milhões mesmo, que seja por uma bandeira limitada que é o impeachment, mas é aquela que pode chegar ao nível de consciência das massas, porque já foi usada no passado, teria um impacto extraordinário na situação...". Além da evidente confusão sobre ir ou não às ruas, Arcary insistiu que o impeachment, por já ter sido usado, é o que pode chegar à compreensão das massas. O psolista está errado do começo ao fim. Pode ser, provavelmente, o nível de consciência dos oportunistas, que se valem da paralisia da classe operária e das ilusões de camadas da pequena burguesia no PT, PSOL, etc. A essa outra impostura respondemos que nada é incompreensível para as massas, se não entendem imediatamente, é dever dos revolucionários explicar pacientemente, quantas vezes forem necessárias. Como dissemos, o operário e os demais trabalhadores estão muito mais aptos a compreender a política proletária, revolucionária e marxista, muito mais que os acadêmicos de esquerda, inclusive, isso porque sentem na pele a opressão e a brutal exploração do trabalho, e aspiram a mudança de sua situação concreta.

O essencial do debate se concentrou na diferença entre a posição pequeno-burguesa reformista e a proletária revolucionária. Nesse sentido, avaliamos como muito positiva a discussão em torno à bandeira da revolução e ditadura proletárias. Arcary, no entanto, aproveitou a condição de ser o último a se pronunciar, para obscurecer a essência de sua divergência com o POR. Mostrou-se irado com a crítica que fizemos ao acade-

micismo de esquerda. Recorreu a generalidades sobre sua longa biografia de militante trotskista. Certamente, sabia que não se tratava, de nossa parte, de um ataque pessoal. Os marxistas entendem que o indivíduo colocado na condição de defensor de uma posição não expressa apenas o que pensa, mas, principalmente, a política de sua organização. Havíamos mostrado que é longa e rica a discussão entre os marxistas e revisionistas sobre a teoria e a prática da estratégia revolucionária do proletariado. Ao nos referirmos ao reformismo e academicismo, respondendo à caracterização de ultraesquerdismo, estávamos expressando uma crítica política, deixando claro que não se tratava de um debate novo. Marx, Engels, Lênin, Trotsky tiveram de travar o debate sobre a ditadura do proletariado contra os seus opositores, prodhonianos, lassalianos, bernsteinianos,

kautskyanos, anarquistas, mencheviques etc. Cada um a seu tempo e a seu modo, se colocou contra a ditadura do proletariado. Mas a prepotência do pequeno-burguês não permitiu a Valério Arcary concluir o debate nos marcos da política, tratou então de enveredar pelo argumento ad hominem e de autoridade, finalizando com o destemperamento. De nossa parte, constatamos a confirmação de que os ataques da imprensa e dos bolsonaristas refletiram a enorme importância da luta dos marxista-leninista-trotskista por trabalhar no seio da classe operária e dos movimentos pelo entendimento do programa da revolução e da estratégia da ditadura do proletariado. Esperamos que desperte na vanguarda a necessidade de construir o POR como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Transcrição do debate sobre a bandeira “Em defesa da revolução e ditadura proletárias”

Por motivo de espaço, não pudemos transcrever a totalidade da discussão realizada entre Osvaldo, Valério e Patrícia. O leitor poderá verificar na íntegra, bastando consultar o site do Sinasefe. Limitamos, assim, a transcrever apenas da introdução da questão, apresentada pelo militante do POR.

Bom, primeiro, quero agradecer ao Sinasefe pelo convite, por ter tido a coragem de fazer este debate. Importante ressaltar isso porque, por um lado, existiu uma amplitude de divulgação e, por outro lado, um silêncio das organizações, sindicatos etc. E o Sinasefe teve a coragem de colocar este debate, para explicar e justamente esclarecer algumas coisas.

Cumprimento os colegas que estão compondo este debate, Valério e Patrícia e Helen, e Samanta, pela tradução [LIBRAS].

(...) a gente teve a surpresa, já que, do bolsonarismo, isso é comum, agora, no campo das esquerdas houve um silêncio, o que é estranho. Estranha muito porque, diante de um ataque a uma bandeira marxista, uma bandeira revolucionária, proletária, a esquerda, de maneira geral, ficou em silêncio. Para fazer justiça, o PCO fez uma nota, ainda que incompleta em alguns conteúdos, e ficou por isso. Até onde eu tenho conhecimento dos outros partidos de esquerda.

Bom, ainda complementando um pouquinho este informe que você deu, logo depois que a Globo fez esta apresentação. Inclusive a matéria tem uma série de erros, por exemplo, falou que o partido operário estava extinto, o que não é verdade. O POR tem 30 anos, aqui no Brasil, está “vivendo”, “firme e forte”. Falou também que era institucional, enfim, uma série de erros que a gente sabe de onde vêm, pelo menos inicialmente, eles fizeram uma pesquisa de Wikipédia. A Globo fez uma pesquisa de wikipédia, pegou lá

as informações de um partido extinto, que se chama Partido Operário Revolucionário Trotskista, este de fato foi extinto, tem outra orientação inclusive. Mas esses erros se reproduziram, mantiveram o erro à noite no Fantástico; de manhã, no Bom dia Brasil; depois, no Jornal Hoje; então, não é uma questão de pressa. Eles mantiveram o erro por certas intenções. Mantiveram os erros.

A partir disso, Flávio Bolsonaro tirou um print da Globo, neste momento em que na legenda aparece ato pela democracia, e na faixa aparece “Em defesa da revolução e ditadura proletárias”. E aí ele divulga em sua rede, criando uma clara Fake News, que é um padrão do bolsonarismo, dizendo que a Globo estava apoiando a ditadura do proletariado. Uma coisa tão absurda que só os bolsonaristas para acreditar. Mas, a partir daí, outros vão seguir, Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Carla Zambeli, Artur Weintraub, uma série de bolsonaristas compartilham. Se você somar esta imagem, foi compartilhada mais de 40 mil vezes. Então isso teve uma projeção nacional. Não só ficou neste âmbito, inclusive, no dia seguinte, na declaração diária de Doria, foi obrigado a citar. E foi obrigado a falar na ditadura do proletariado, é óbvio que criticando, e a gente não esperava nada diferente do Doria, mas ele foi obrigado a falar que não ia ter nem ditadura militar, nem ditadura proletária, ou seja, fez referência à nossa bandeira. Então, este é o imbróglio todo. E, diante de tudo isso, a gente teve a surpresa, já que, do bolsonarismo, isso é comum, agora, no campo das esquerdas houve um silêncio, o que é estranho. Estranha muito porque, diante de um ataque a uma bandeira marxista, uma bandeira revolucionária, proletária, a esquerda, de maneira geral, ficou em silêncio. Para fazer justiça, o PCO fez uma nota, ainda que incompleta em alguns conteúdos, e ficou por isso. Até onde eu tenho conhecimento dos outros partidos de esquerda.

Então, esse foi o cenário, vale a pena, agora, entrar nas discussões específicas deste conceito, para gente entender por que o POR levantou essa bandeira, e não foi a primeira vez,

uma vez que a gente levanta em todas as manifestações, de uma forma ou de outra, além de outras bandeiras, que vou falar mais à frente.

Lênin tem uma frase que é mais ou menos o seguinte, “*soamente é marxista aqueles que estendem o reconhecimento da luta de classes para o reconhecimento da ditadura do proletariado*”. Acho que é bom destrinchar esta frase. É uma frase que faz bastante sentido.

Existe um processo curioso no campo das esquerdas, que consiste em extrair do marxismo os elementos mais francamente revolucionários, e se manter no marxismo. Esse movimento de extração acontece em amplos setores, principalmente no reformismo, nos partidos que se reivindicam das reformas e não da revolução, nos oportunistas, estalinistas, acadêmicos, que fazem muito isso, que fragmentam o marxismo. Criam, inclusive, termos, como “marxista” por “marxiano”, o que eles chamam de “marx político”, “marx econômico”. Enfim, criam uma fragmentação para tirar os elementos revolucionários, e manter os elementos que não entram em choque com a burguesia. Então, eles mantêm, deformam, é claro. O marxismo tem uma ideia de totalidade (...).

Mas esse debate sobre a deformação do marxismo, ou da negação da ditadura do proletariado, vem tanto do campo dos liberais como do campo do reformismo... esse debate não é novo. É um debate antigo, um debate que os grandes revolucionários da história tiveram de enfrentar, cada um na sua época. Marx, Engels, Lênin, Trotsky tiveram de enfrentar este debate com seus respectivos opositores. Os proudhonistas, lassalianos, bernsteinianos, kautskistas, anarquistas, mencheviques, todos eles, de uma forma ou de outra, negaram a ditadura do proletariado. Alguns deles ainda mantiveram a ideia da revolução, sem a ideia da ditadura do proletariado. O que falta explicar é como é possível fazer uma revolução e manter esta revolução sem uma contraofensiva da burguesia, para retomar o seu poder.

Então, a questão principal que fica é a seguinte: não existe democracia, nem ditadura pura, abstrata, fora das classes, como se estivesse pairando no ar, por cima das classes. (...) Democracia e ditadura são conceitos que vem com a classe. A gente vive numa sociedade de classes, então a democracia é operária, proletária, ou é burguesa. (...) O que a gente vive, hoje, é essencialmente a ditadura de classe da burguesia. Mascarada de democracia, ou seja, a democracia é uma forma de regime estabelecido, poderia ser outro, como o regime militar, uma ditadura militar, uma ditadura bonapartista. Mas todas essas formas estão incluídas na ditadura de classes

da burguesia. Não existe esta democracia em abstrato.

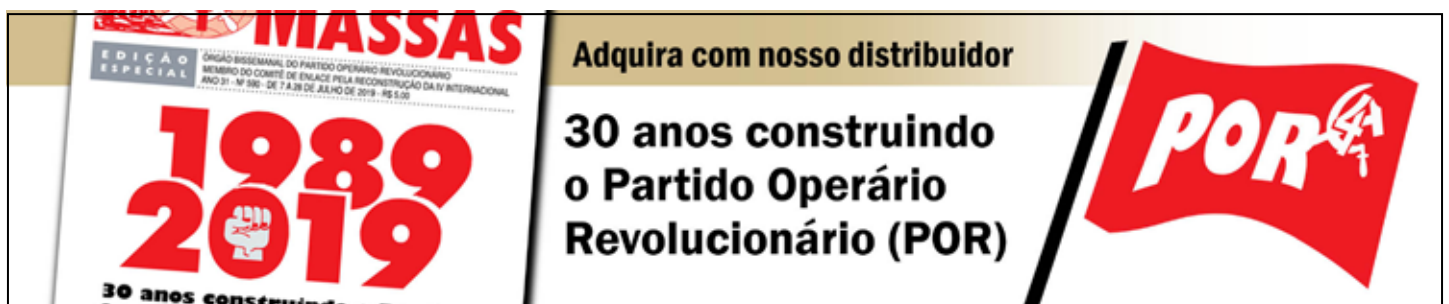
Então, as manifestações, que têm defendido a democracia, levantado a bandeira de forma abstrata, não colocam que a gente vive sob uma ditadura de classe. E aí a gente entende que uma parte desses grupos, que defendem esta democracia de forma abstrata, têm interesses políticos muito específicos, têm interesse eleitoral, interesse de desgaste do governo, para poder capitalizar nas próximas eleições. E, percebendo esse movimento, o POR levantou a bandeira da revolução e ditadura proletárias, como forma de denunciar a democracia burguesa. Denunciar a ditadura de classe da burguesia, sob a qual vivemos.

(...) não existe democracia, nem ditadura pura, abstrata, fora das classes, como se estivesse pairando no ar, por cima das classes. (...) Democracia e ditadura são conceitos que vem com a classe. A gente vive numa sociedade de classes, então a democracia é operária, proletária, ou é burguesa. (...)

A democracia, que a gente vive hoje, é uma democracia fraturada, é uma democracia amputada, não é uma democracia de verdade. A democracia que a gente vive é uma democracia controlada pelos grandes organismos internacionais, controlada pelos monopólios, controlada pela burguesia. A burguesia é que decide, quem é que fica, e quem é que sai do governo. Inclusive, tem todo um movimento de impeachment, agora, que é um instrumento da oposição ao governo, portanto, um instrumento burguês. Quem decide o impeachment, além dos parlamentares, do parlamento corrupto, é a burguesia. A burguesia decide se abre ou não o processo de impeachment. Isso é o que não está posto neste debate.

Vou encerrar este primeiro bloco, depois trago outros elementos, mas o importante é isso: o que a gente vive hoje é uma ditadura de classe da burguesia. Então, quem manda de fato, quem controla o poder econômico, quem controla as decisões, não são as pessoas que vão votar de quatro em quatro anos, trocando um governo que não gosto por um governo que, talvez venha a gostar. Não é isso? O que está posto é que quem decide, de fato, é a burguesia, e isso não está sendo colocado neste movimento pela democracia.

Observação: em seguida, Valério e Patrícia fizeram suas considerações, contrapondo-se às posições do militante do POR, que as respondeu. A última palavra coube a Valério.



Sobre a crítica de ultraesquerdismo

Resposta a Valério Arcary

Ex-militante histórico do PSTU, agora integrante do PSOL, Valério Arcary, se colocou contra que o Partido Operário Revolucionário (POR) tenha levantado a bandeira que sustentava a consigna “Pela revolução e ditadura proletárias”, na manifestação de 14 de junho, na Av. Paulista. A crítica se limitou a distinguir a bandeira do POR do objetivo do ato, que era o da defesa da democracia, do impeachment e o “Fora Bolsonaro”. Caracterizou de ultraesquerdismo, porque se opunha à linha do impeachment. Afirma: “A faixa na Paulista parece ingênua, mas não é inofensiva. Há vários grupos na esquerda brasileira que se opõem à campanha pelo Fora Bolsonaro e, em especial, são hostis à defesa da tática do impeachment”. Procurou desqualificar o POR e sua bandeira como um episódio desproporcional, e a intervenção

[Valério Arcary] Argumenta que, nas condições da “situação reacionária”, segundo sua caracterização, não há outra coisa a ser feita a não ser conduzir o movimento dos explorados a pressionar o parlamento para que livre o País de Bolsonaro. Está convencido de que a entrega do poder a Mourão seria uma solução, ainda que não contemplatesse os seus sonhos de um governo realmente democrático. Essa exposição sincera de Arcary não é exposta pelos demais participantes da frente pró-impeachment. Via de regra, se tem ocultado o vínculo condicionante entre a bandeira Fora Bolsonaro e impeachment.

do partido como “iniciativa minoritária e paralela ao objeto do Ato organizado pelo Fora Bolsonaro”. Introduziu sua “Nota sobre o ultraesquerdismo” (20 de junho), transcrevendo uma citação do livro “Conversaciones con Nahuel Moreno”. Passagem que se refere a uma interpretação de Moreno sobre uma suposta formulação de Trotsky de defesa da luta pela democracia diante do nazismo, na Áustria. No corpo de sua crítica ao POR, no entanto, não retoma o conteúdo da transcrição. Tudo indica que a fala de Moreno foi utilizada por Arcary para afirmar que, nas condições atuais do Brasil, a tarefa é a da defesa da democracia. É preciso ainda fazer uma referência ao fato de embrulhar no mesmo pacote o POR e os “vários grupos na esquerda brasileira que se opõem à campanha pelo Fora Bolsonaro”. Era dever de Arcary deixar claro que grupos são esses, uma vez que o motivo de seu ataque ao POR se encontra na bandeira da revolução e ditadura proletárias. Não acreditamos existir algum grupo que tenha a mesma posição que o POR, embora possam rechaçar o impeachment e o Fora Bolsonaro. Não vimos nenhuma corrente, que tenha essa posição, sair em defesa da bandeira do POR. A única corrente que vimos denunciar o ataque dos órgãos da burguesia à bandeira do POR foi o PCO, mas essa corrente está pelo Fora Bolsonaro e o impeachment. Posto isso, passamos a responder ao epíteto, ao carimbo, de ultraesquerdismo.

De fato, o POR não faz parte da frente ampla, que, na reu-

nião de 23 de junho, alinhou o PT, PSB, PDT, Rede, PSOL, PSTU, PCdoB, PCB, UP, PCO, Força Sindical, UGT, CSB, CGTB, CSP-Conlutas, CUT, Intersindical e, inclusive, a Frente dos Evangélicos pelo Estado de Direito, em torno ao impeachment e Fora Bolsonaro. São vários os motivos, mas o principal deles é que o impeachment é um instrumento de golpe institucional, que se consolidou com a derrubada do governo petista de Dilma Rousseff. Eis por que não é possível colocar em seu rosto a máscara democrática. A experiência, tanto do impeachment do governo direitista de Collor, quanto do governo reformista de Dilma, mostrou que o impeachment depende da constituição de uma compacta frente burguesa, para ter maioria parlamentar no Congresso Nacional, e consentimento das Forças Armadas e do Judiciário. Não vemos, portanto, como a atual bandeira de impeachment de Bolsonaro possa ser diferente e oposta a essa experiência. Nem Arcary, nem corrente alguma que está pelo impeachment, podem criar uma versão democrática de um instrumento essencialmente antidemocrático, que cassa o voto de quem elegeu o presidente por meio de um processo parlamentar. É bom recordar a polêmica com o PSTU, que afirmou, peremptoriamente, que o impeachment de Dilma não configurou um golpe de Estado. Agora, essa corrente participa de um movimento pelo impeachment, acreditando que se trata de uma solução democrática, diante de um governo fascista. E aqueles que gritaram contra o uso do impeachment como meio de promover o golpe pretendem criar o milagre da transformação da água em vinho. Valério, em particular, quer que acreditemos nesse milagre. Argumenta que, nas condições da “situação reacionária”, segundo sua caracterização, não há outra coisa a ser feita a não ser conduzir o movimento dos explorados a pressionar o parlamento para que livre o País de Bolsonaro. Está convencido de que a entrega do poder a Mourão seria uma solução, ainda que não contemplatesse os seus sonhos de um governo realmente democrático. Essa exposição sincera de Arcary não é exposta pelos demais participantes da frente pró-impeachment. Via de regra, se tem ocultado o vínculo condicionante entre a bandeira Fora Bolsonaro e impeachment.

Não há dúvida de que o movimento das massas deve concentrar seu ataque no governo ultradireitista, militarista e fascizante. Mas, não com a arma institucional, burguesa, do impeachment. Ao se vincular o Fora Bolsonaro a essa via parlamentar, se nega a via revolucionária da derrubada desse governo, que como tal ocorre pela ação direta dos explorados. Segundo Arcary, como não está posta a revolução, cabe dar passos, ainda que limitados, em defesa da democracia, tendo inclusive de passar o poder do Estado para Mourão, como se esse não fizesse parte das tendências ditatoriais e fascizantes da impotente burguesia, diante da crise estrutural do capitalismo. De maneira que o movimento pelo impeachment se contrapõe à defesa da estratégia própria de poder do proletariado. Está aí por que se condenou o POR, por ter levantado a bandeira da revolução e ditadura proletárias. O oportunismo vulgar da crítica salta aos olhos, certamente daqueles que querem ver.

Trata-se de uma deformação, a crítica ao POR de que estaria opondo a ditadura do proletariado à democracia em geral, bem como ao impeachment. Em absoluto, a ditadura do proletariado se opõe à ditadura de classe da burguesia, portanto, é um guia para a destruição do Estado burguês, e constituição do período de transição do capitalismo ao comunismo. As reivindicações democráticas que a burguesia não tem como sustentar, e a pequena burguesia não tem como defender, se opõem ao impeachment, e criam as condições para a luta das massas pela ditadura do proletariado. É fundamental o combate pelas liberdades democráticas. Faz parte do programa da classe operária a defesa do direito de greve irrestrito, livre organização sindical e partidária, direito à autodefesa das massas, eleição de todos os cargos do Estado, revogabilidade do mandato por aqueles que elegeram, constituição de tribunal popular para julgar os crimes da burguesia, reconhecimento partidário sem nenhuma restrição, livre participação nas eleições, acesso equitativo aos meios de comunicação, etc. A via do impeachment se opõe a esse conjunto de liberdades democráticas. Notamos que o movimento pela democracia desconhece os fundamentos da luta pelas liberdades democráticas. Os seus principais dirigentes pisoteiam a democracia operária, burocratizando os sindicatos e anulando as assembleias. Mas, são pródigos em defender a democracia burguesa. O POR não cometeria a vulgaridade antimarxista de opor a ditadura do proletariado simplesmente a um governo burguês.

Arcary continua se auto intitulado marxista, trotskista e internacionalista. No entanto, acaba de negar o fundamento elementar de que, em todas as circunstâncias da luta de classes, o partido revolucionário tem de desenvolver a estratégia própria de poder, em contraposição à estratégia burguesa. O impeachment é uma via da estratégia burguesa de trocar um governo burguês por outro, por meio do parlamento, mantendo a sujeição da classe operária e demais explorados. Não resolve o dilema democrático de substituir Bolsonaro por Mourão, colando à bandeira do impeachment a hipótese de convocação de novas eleições. O impeachment é usado, precisamente, para se evitar a derrubada do governo burguês pelas massas e, também, para se evitar a continuidade da luta por um governo revolucionário. É falso que a troca de Bolsonaro por Mourão é apenas uma solução limitadamente democrática. Em absoluto, se isso se passasse, seria a forma dos militares salvarem o bolsonarismo, sem Bolsonaro. Esse argumento subjetivo de Arcary é a prova mais clara de que seu ataque ao POR é reacionário, não tem nada a ver com a luta marxista contra o ultraesquerdismo.

Somente um lampejo de idiotice poderia afirmar que o POR levantou a bandeira da revolução e ditadura proletárias, em um raquítico movimento pequeno-burguês pela democracia, por considerar que as condições subjetivas para a revolução estão dadas. E que a classe operária caminha nesse sentido. Não há uma só gota de verdade nessa suposição. O POR levantou as bandeiras pelas quais passarão a luta da classe operária, que se chocará com o governo burguês ultradireitista, e com o conjunto da política burguesa. Não só afirma que a tarefa do momento é de organizar a luta independente em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde da maioria oprimida. Não

há nenhum delírio ultraesquerdista de que o País está próximo à revolução. O que o POR afirma é que as condições objetivas para a revolução estão dadas. O problema fundamental se encontra na crise de direção revolucionária e, assim, no atraso político e ideológico do proletariado. O ponto de partida da organização de um movimento independente e de frente única está em levantar um plano de reivindicações emergenciais, no quadro da pandemia e do agravamento da crise econômica. Não há dúvida de que, nesse embate, se potencializarão as reivindicações das liberdades democráticas. Os defensores do impeachment, como se vê, se baseiam em outro ponto de partida. E, por isso mesmo, se negam organizar o movimento de massa sobre a base do programa de reivindicações da classe operária e demais explorados. A explicação dessa renúncia não está distante de nossos olhos. Ocorre que as bandeiras da classe operária não permitem uma unidade com setores da oposição burguesa, e contrariam a política de colaboração de classes da burocracia sindical.

As reivindicações democráticas que a burguesia não tem como sustentar, e a pequena burguesia não tem como defender, se opõem ao impeachment, e criam as condições para a luta das massas pela ditadura do proletariado.

E por que, então, o POR levantou a bandeira da revolução e ditadura proletárias? Por que não se limitou a levantar as reivindicações econômicas dos explorados? Porque era necessário estabelecer um vínculo entre as reivindicações elementares, ditadas pela situação da pandemia e da crise econômica, com a estratégia de poder diante de um governo em decomposição, e que, logo mais, terá de enfrentar um poderoso movimento, caso a burocracia sindical colaboracionista e os reformistas não consigam bloquear as tendências instintivas dos oprimidos. Porque era obrigatório distinguir a posição estratégica dos explorados da estratégia pequeno-burguesa e burguesa do impeachment, cujo invólucro foi e é o da defesa da democracia em abstrato. Em nenhum momento, o POR deixou de participar e organizar os movimentos que ganham as ruas contra o governo fascistizante. O mesmo se passou sob o governo golpista de Temer. O fato do POR não compartilhar com o impeachment e Fora Bolsonaro não o impede de se colocar no campo da mobilização contra o governo. Aqueles que condenam o partido por levantar a bandeira da revolução e ditadura proletárias expressam uma posição antidemocrática. É inacreditável que membros do PSOL tenham pedido ao POR que recolhesse sua bandeira revolucionária.

Não poderíamos deixar de fazer uma consideração conclusiva sobre a citação extraída das “Conversaciones con Nahuel Moreno”. Em uma de suas respostas, Moreno, de passagem, faz a seguinte observação: “A verdade é que há partidos trotskistas sectários que fazem colocações incríveis. Por exemplo, Guillermo Lora, na Bolívia, não sabe levantar outra consigna que a da ditadura do proletariado”. O criador da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) e do PSTU, no Brasil – de onde Arcary liderou uma fração de ruptura à direita, acusando a outra ala morenista de sectária – não se vê na obrigação de comprovar sua leviana acusação ao POR da Bolívia. O fato dos trotskistas bolivianos sistematicamente defenderem a estratégia revolucionária

não quer dizer que “*não sabe levantar outra consigna que a da ditadura do proletariado*”. São incontáveis os embates em que o POR encarnou as reivindicações mais elementares dos mineiros, camponeses e da pequena burguesia arruinada. De uma leviandade, Moreno, passa a outra, afirmando que Trotsky defendeu “*lutar todos juntos pela democracia*”, para “*derrotar o fascismo austríaco*”. Esse tipo de pincelada é próprio do método oportunista. Trotsky lançou uma das críticas mais contundentes contra a política sectária do “terceiro período”, em que o estalinismo identificou de forma absoluta a socialdemocracia com o fascismo, sob o falso conceito de socialfascismo. A particularidade da Áustria é que a socialdemocracia estava no poder e se apoiava na classe operária, para cumprir seu papel de governo burguês. E, portanto, naquele momento, o fundamental da situação estava no choque entre a socialdemocracia e o fascismo. O estalinismo abstraía o fundamental da situação para, em nome da luta contra o socialfascismo, criar os soviets e marchar em direção à ditadura do proletariado. Aí residia o esquerdismo estalinista. A tarefa do momento era a de penetrar a política revolucionária no seio das bases operárias, que apoiavam o governo socialdemocrata, impotente diante da crise econômica que destroçava o capitalismo, decompunha a democracia, e impulsionava as forças nazifascistas. Está aí por que Trotsky mostra que “*as palavras de ordem de soviets e de ditadura do proletariado têm, na Áustria, atualmente, um simples alcance de propaganda*”. O que os estalinistas do terceiro período faziam era substituir a necessária propaganda revolucionária pelo poder pela agitação, desconsiderando as condições da luta de classes. Assim, Trotsky explica: “*Não porque a Áustria esteja longe de uma situação revolucionária, mas porque o regime burguês austríaco está munido de um sistema ainda poderoso de válvulas de segurança, do tipo da socialdemocracia*”. Tratava-se, portanto, de “*explicar pacientemente*” a estratégia revolucionária às massas. Identificar como gêmeos a socialdemocracia e o fascismo impedia a vanguarda revolucionária de penetrar nas bases operárias da socialdemocracia. Como o governo socialdemocrata se colocava pelo “*desarmamento interior*”, abria caminho para a defesa do armamento dos operários. Essa ação concreta era um passo mais urgente e necessário “*do que a dos soviets e ditadura do proletariado*”. O que não significava que a vanguarda revolucionária, no caso a oposição de esquerda, dispensasse a propaganda em torno a

essas bandeiras. Como se vê, nas formulações de Trotsky, que constam no documento “A Crise Austríaca e o Comunismo” não há uma só palavra de unidade em torno à democracia, nem contra a defesa da estratégia da ditadura do proletariado na forma da propaganda revolucionária. É bom assinalar que, ao se referir à democracia, Trotsky caracteriza a “*crise austríaca como uma manifestação parcial da crise da democracia, forma fundamental da dominação burguesa*”. Em suas palavras: “*O que se chama crise do parlamentarismo é a expressão política da crise de todo o sistema da sociedade burguesa. A democracia se sustenta e declina com o capitalismo. Defendendo a democracia, a burguesia a tem como solução social para o beco sem saída do fascismo*”. Como se vê, é bem distinto daquilo que afirma Moreno.

Arcary faz um favor ao POR do Brasil, utilizando-se da falsificação de Moreno sobre a Áustria, atacando os trotskistas bolivianos, por fazerem propaganda sistemática da ditadura do proletariado. O morenista psolista, por sua vez, sabe que o POR, no Brasil, foi influenciado, desde sua origem, pelo POR da Bolívia. A história da crise que desintegrou a IV Internacional demonstra que somente o POR não enveredou pela via do centrismo e do oportunismo, justamente porque se constituiu em programa da revolução e ditadura proletárias.

É um erro brutal diminuir a importância do ataque de órgãos da imprensa burguesa e dos bolsonaristas contra a bandeira do POR, taxando de episódio desproporcional e paralelo ao objetivo do ato pelo Fora Bolsonaro. A profunda crise econômica e política explica por que a rede Globo denunciou a bandeira como inconstitucional e incompatível com o ato pela democracia. Arcary desconsidera que esse órgão da imprensa monopolista vem fazendo oposição a Bolsonaro por motivos particulares, e precisa da voz das ruas para dar materialidade à sua oposição, desde que essas vozes não saiam dos limites da democracia burguesa, ou seja, não saiam das asas do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Arcary, assim, ao atacar o POR, se junta a todos aqueles que indicaram o caminho da repressão à bandeira do proletariado.

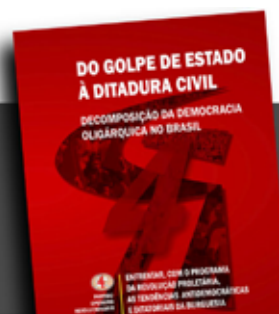
Viva a revolução e ditadura proletárias, único caminho possível de combater o governo ultradireitista e derrotar as tendências antidemocráticas da burguesia nacional, submetida aos ditames do capital financeiro e do imperialismo.

Aqueles que condenam o partido por levantar a bandeira da revolução e ditadura proletárias expressam uma posição antidemocrática.

(...)

É um erro brutal diminuir a importância do ataque de órgãos da imprensa burguesa e dos bolsonaristas contra a bandeira do POR, taxando de episódio desproporcional e paralelo ao objetivo do ato pelo Fora Bolsonaro.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Algumas considerações de Lênin sobre a ditadura do proletariado

Em sua obra mais acabada, O Estado e a Revolução, escrita entre agosto e setembro de 1917, Lênin sistematiza a fundamentação marxista sobre a ditadura do proletariado, como condição histórica para a realização da transição do capitalismo para o comunismo. Nota-se que foi uma necessidade no calor da revolução social na Rússia, que triunfaria em 25 de outubro desse mesmo ano. Entre junho e julho de 1920, retomou à questão da estratégia de poder do proletariado, nas Teses para o II Congresso da Internacional Comunista. Em 9 de novembro, publicou no número 14 da revista “A Internacional Comunista”, segundo Editorial Progresso, o folheto “Contribuição à história do problema da ditadura”. As Teses para o II Congresso da III Internacional têm particular importância, uma vez que estão voltadas a orientar a política internacional do proletariado. Entre várias Teses, comparece “*Essência da ditadura do proletariado e o poder soviético*” e “*Em que consiste a preparação imediata e geral para a ditadura do proletariado*”.

As Teses se iniciam com a seguinte diretriz: “*A vitória do socialismo (como primeira etapa do comunismo) sobre o capitalismo exige que o proletariado, como uma única classe verdadeiramente revolucionária, cumpra as três tarefas seguintes. Primeira: destituir os exploradores, e antes de tudo a burguesia, como seu principal representante econômico e político; destituí-los totalmente; esmagar sua resistência; impedir absolutamente todas as suas tentativas de restabelecer o jugo do capital e da escravidão assalariada. Segunda: ganhar e colocar sob a direção do partido comunista – vanguarda revolucionária do proletariado – não somente ao conjunto do proletariado, ou à sua imensa maioria, mas também às massas trabalhadoras e exploradas pelo capital; instruí-los, organizá-los, educá-los e discipliná-los, no curso da firme luta contra os exploradores, extraordinariamente audaz e implacável; arrancar da dependência da burguesia a imensa maioria da população em todos os países capitalistas; infundir-lhe, por meio da atividade prática, confiança no seu papel dirigente do proletariado e de sua vanguarda revolucionária. Terceira: neutralizar ou tornar inúteis as inevitáveis vacilações entre a burguesia e o proletariado, entre a democracia burguesa e o poder soviético, da classe dos pequenos proprietários na agricultura, indústria e comércio, ainda bastante numerosa em quase todos os países avançados, mas que constitui uma minoria da população, e da camada de intelectuais, empregados, etc., que corresponde a tal classe*”.

Essas três tarefas interligadas materializam o caráter programático e de princípio da ditadura do proletariado. É o guia estratégico para a tomada do poder, constituição do poder revolucionário e instrumento de transição do capitalismo ao comunismo.

A ditadura do proletariado determina os meios e os métodos de ação dos explorados contra os exploradores. E expressa o fundamento histórico da derrubada violenta da burguesia, que resistirá, se valendo da guerra civil; expropriação da propriedade privada dos meios de produção, destruição do Estado burguês, e repressão a todo intento da contrarrevolução em derrotar a revolução. Nesse fundamento, se encontra a completa rejeição à posição reformista de submissão pacífica

dos capitalistas aos explorados, e da transição pacífica ao socialismo. A experiência da revolução russa demonstra a necessidade de um longo e paciente trabalho de preparação das massas para encarnar a estratégia da ditadura do proletariado; e a constituição da democracia proletária, que se materializou na forma do poder dos soviets. Ditadura e democracia proletária formam uma unidade.

A etapa histórica de preparação dos explorados para a tomada do poder é decisiva para a abertura e consecução das etapas posteriores. É tarefa da vanguarda revolucionária, encontrar as formas e os meios de elevar a organização e a capacitação do proletariado, na luta pelo poder do Estado. Nesse processo, se deparará com os adversários da estratégia revolucionária. Eis o que dizem as Teses: “*Por isso, a preparação para a ditadura do proletariado, não só exige intensificar a luta contra as tendências reformistas e ‘centristas’, mas também modificar o caráter dessa luta. A luta não pode se limitar a denunciar o caráter errôneo*

A ditadura do proletariado determina os meios e os métodos de ação dos explorados contra os exploradores. E expressa o fundamento histórico da derrubada violenta da burguesia, que resistirá, se valendo da guerra civil; expropriação da propriedade privada dos meios de produção, destruição do Estado burguês, e repressão a todo intento da contrarrevolução em derrotar a revolução.

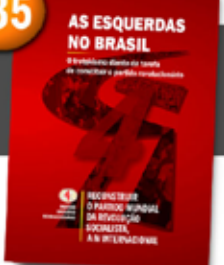
dessas tendências, deve também desmascarar, inflexível e impiedosamente, qualquer ativista do movimento operário que revele essas tendências, pois, de outro modo, o proletariado não pode saber com quem irá à luta decisiva contra a burguesia”. “(...) Toda inconsequência ou debilidade no desmascaramento daqueles que atuam como reformistas ou ‘centristas’ significa aumentar diretamente o perigo de o poder do proletariado ser esmagado pela burguesia, que amanhã utilizará para a contrarrevolução, o que hoje pessoas míopes consideram somente ‘divergências teóricas’”. “(...) Eis por que, sem uma mudança radical do caráter da luta contra os ‘centristas’ e ‘defensores da democracia’, é impossível o trabalho prévio de preparação das massas, para levar a cabo a ditadura do proletariado”. “(...) Por isso, a preparação para a ditadura do proletariado exige explicar o caráter burguês do reformismo, da defesa da democracia, enquanto se mantenha a propriedade privada dos meios de produção, impõe não só a denúncia de tais

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



tendências, que significam nos fatos a defesa da burguesia no interior do movimento operário; exige, além disso, substituir os velhos dirigentes por comunistas nas organizações proletárias de todo o tipo, não só políticas, mas também sindicais, cooperativas, educacionais, etc.”.

Nota-se a insistência das Teses em demonstrar a importância da primeira tarefa, que é a da preparação sistemática da luta pela estratégia da ditadura do proletariado. O que exige um vínculo profundo da vanguarda com a classe operária e com as massas em geral. A preparação, nesse longo período de luta de classes, pressupõe desenvolver as reivindicações mais elementares dos explorados, e transformar os inúmeros choques isolados em combate geral ao Estado burguês, sob a estratégia da revolução proletária. Conclusão: *“A propaganda e a agitação diária deve ter caráter genuinamente comunista. Os órgãos da imprensa do partido devem ser dirigidos por comunistas firmes, que tenham dado provas de sua devoção à causa da revolução proletária. A ditadura do proletariado não deve ser simplesmente uma expressão corriqueira aprendida de memória. É preciso popularizá-la, de tal forma que os fatos práticos tratados, diária e sistematicamente, pela nossa imprensa, permitam que cada operário e operária compreendam, bem como cada soldado ou camponês, aquilo que é indispensável para eles. Nas páginas dos jornais, nas assembleias populares, nos sindicatos operários, nas cooperativas, onde tenham acesso os partidários da III Internacional, devem denunciar, sistemática e persistentemente, não só a burguesia, mas também seus cúmplices, os reformistas de todo o tipo”*.

Está claro nessa orientação, que faz parte da preparação das massas para encarnar a ditadura do proletariado, defender a fundo as reivindicações que impulsionam a luta de classes, e enfrentar firmemente o reformismo e o centrismo.

Sintetizamos, agora, o comentário de Lênin, que se encontra na “Contribuição à história do problema da ditadura”. Primeiras palavras: *“A ditadura do proletariado é o problema cardeal do movimento operário contemporâneo, em todos os países capitalistas, sem exceção”*. É importante entender a *“doutrina da ditadura revolucionária em geral e a da ditadura do proletariado em particular”*. O marxismo se empenhou em demonstrar o seu lugar na história. Para Lênin, *“quem não compreendeu a necessidade da ditadura de toda a classe revolucionária, para assegurar sua vitória, não compreendeu nada da história das revoluções, ou não pretende compreender”*. As distintas sociedades de classes se transformaram sempre, dando lugar a uma nova ditadura de classe. De maneira que o marxismo não inventou a ditadura de classe, tão somente a reconheceu como fenômeno necessário às transformações do velho regime social em um novo. Não se pode admitir a revolução e, ao mesmo tempo, não *“reconhecer a ditadura de uma determinada classe (ou de determinadas classes)”*. Esse erro fatal cometeram os mencheviques no passado, e cometem os reformistas mascarados de

revolucionários. Toda a revolução exige *“uma definição classista exata”*. Essa tarefa traz consigo o conceito de ditadura de classe. Somente assim se pode ser exato. Os acontecimentos da revolução russa mostraram que os adversários de esquerda do bolchevismo chegaram a *“reconhecer em palavra a ditadura, mas foram incapazes de prepará-la de fato”*.

Há uma variedade de deformações em torno a essa questão. Lênin mostra que uma delas, muito importante, é opor *“o conceito de ditadura e o de democracia como excludentes”*. Eis: *“Não compreendendo a teoria da luta de classes, acostumado a ver na arena política unicamente os pequenos enredos dos diversos círculos e reuniões da burguesia, o burguês entende, por ditadura, a anulação de todas as liberdades e garantias democráticas, entende, por ditadura, toda arbitrariedade, e todo abuso de poder no interesse pessoal do ditador”*. Essa vulgaridade obscurece a ditadura de uma classe com a forma do regime político. Distintamente, o fundamental está em que *“há ditadura da minoria sobre a maioria, de um punhado de policiais sobre o povo, e ditadura da gigantesca maioria do povo sobre um punhado de opressores, saqueadores e usurpadores do poder popular”*.

A teoria marxista da revolução e ditadura proletárias parte do reconhecimento de que, no capitalismo, a classe operária é a *“única classe revolucionária até o final e, por isso, o destacamento da revolução”*. Os reformistas e centristas negam essa premissa de classe. Lênin recorre à seguinte definição geral: *“O conceito científico de ditadura não significa outra coisa, senão um poder não limitado por nada, não restringido por nenhuma lei, absolutamente por nenhuma regra, e que se apoia de maneira direta na violência. O conceito de ‘ditadura’ não significa outra coisa senão isso, recordem bem, senhores democratas constitucionalistas”*. A ditadura do proletariado é a do *“povo revolucionário”* em relação à burguesia contrarrevolucionária. Nesse sentido, não pode haver nenhuma limitação, a não ser a própria correlação de força em choque. Assim, *“a ditadura não é exercida por todo o povo, mas somente pelo povo revolucionário, o qual, no entanto, não teme em absoluto a*

tudo o povo, revela a todo o povo o motivo de seus atos e todos os seus detalhes, desenvolve o interesse a todo o povo de participar, tanto na administração do Estado, como no poder e na organização do próprio Estado”.

Essas últimas considerações expõem o vínculo entre a ditadura de classe do proletariado e o desenvolvimento da consciência de classe e da compreensão do socialismo por todo o povo. Lênin foi obrigado a desmontar as fórmulas vulgares sobre a ditadura de classe em geral, que atravessa todas as sociedades de classes, e a ditadura do proletariado, que será a última forma transitória de dominação da maioria sobre a minoria para avançar no caminho do comunismo. Para os marxistas, a revolução e ditadura proletárias continuam a ser o problema cardeal do movimento operário, em todos os países.



O marxismo se empenhou em demonstrar o seu lugar na história. Para Lênin, “quem não compreendeu a necessidade da ditadura de toda a classe revolucionária, para assegurar sua vitória, não compreendeu nada da história das revoluções, ou não pretende compreender”.

Nesta edição:

- **Bolívia:** A luta dos trabalhadores fabris tende a se generalizar.
- **Bolívia:** Cuidemos da economia. Economia de quem?
- **EUA:** Ofensiva burguesa para desmontar os protestos contra a violência e racismo policial.
- **Palestina:** Estado sionista na ofensiva.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Bolívia

A luta dos trabalhadores fabris tende a se generalizar

Os trabalhadores da PROSIL e DURALIT, em Cochabamba, conseguiram unificar as suas reivindicações, e convocam os fabris afetados em plena pandemia a se unirem e ganharem as ruas, em defesa de seus postos de trabalho

No bloqueio que protagonizaram, estiveram presentes também os trabalhadores da Sentex, Vidriolux e SIGMA

Resoluções:

“Na cidade de Quillacollo, nas imediações do Rio Huayculi, no dia 26 de junho de 2020, às 15h, ocorreu o bloqueio de estradas, como medida de pressão, diante da demissão intempestiva

dos trabalhadores das empresas PROSIL e DURALIT, exigindo a reincorporação imediata aos seus postos de trabalho, em ambas empresas.”

Determinou-se:

“Primeiro: Apoiar cada umas das ações e manter unidos os dois sindicatos, com o objetivo de consolidar as petições aprovadas pela reincorporação dos demitidos a suas fontes de trabalho.

“Segundo: Não recuar nas medidas de pressão planejadas, até garantir a reincorporação imediata dos trabalhadores afetados, dos distintos sindicatos fabris que se somam nas presentes mobilizações”.

Viva a luta dos trabalhadores fabris!

Unidade de todos os trabalhadores para defender os direitos trabalhistas, diante do abuso e fechamento de fábricas por parte dos patrões, com a cumplicidade do governo hipócrita, que decretou o isolamento social (somente enquanto durar a pandemia). No entanto, nada faz, diante da gigantesca onda de demissões que, segundo estimativas dos trabalhadores fabris, já alcança 10.000, e outros milhares de empregos que se acham em risco.

Os trabalhadores fabris são os que estão recebendo, com mais força, o ataque dos inúteis e miseráveis empresários. Esses descarregam o brutal peso da crise econômica, que já começava a ser sentida, com a queda dos preços das matérias-primas, e o esgotamento das reservas de gás vendido ao Brasil e Argentina, cuja venda sustenta a economia do país. Com a pandemia, a crise se vem agudizando ao extremo. Para sair dela, a nossa incapaz classe dominante atacará os trabalhadores, ao mesmo tempo que se apoderará de grandes quantidades de dinheiro do Estado, a título de reativação produtiva.

Na época de bonança econômica, durante o governo do MAS, os empresários privados, banqueiros, agroindustriais

e transnacionais levaram a parte do leão. Obtiveram lucros extraordinários, com os quais agora poderiam sustentar suas folhas de pagamentos durante os meses da quarentena. Mas não, primeiro estão os seus interesses e o seu capital.

Os trabalhadores estão experimentando da maneira mais brutal o que é a luta de classes, o caráter irreconciliável dos interesses de uns e outros.

Os trabalhadores nada podem esperar dos patrões e dos seus governos. Devem organizar-se para a luta por seus direitos e postos de trabalho, de maneira independente, sindical e politicamente, recorrendo aos seus próprios métodos de luta: a mobilização, a greve, e finalmente a tomada das fábricas que se fecham, para estatizá-las e fazê-las produzir, sob o controle operário coletivo.

Com o POR ao socialismo

*Extraído do Jornal Massas Extra, 23 de junho,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia*

Bolívia

Cuidemos da economia. Economia de quem?

Dos operários? Não, os operários estão lutando para defender o seu trabalho, porque os empresários estão demitindo, obrigando a renunciar suas férias, praticando descontos salariais, etc.

Da classe média baixa? Tampouco, por exemplo, os comerciantes, o pouco que têm não conseguem vender. Não vendem, porque não há comércio; consequentemente, os operários e demais trabalhadores não têm dinheiro para comprar nada. Então, de quem é a economia, quando nos dizem: “Cuidemos da Economia”?

Dos empresários? Sim, deles e das multinacionais, que saqueiam os nossos recursos. Deles, dos banqueiros, latifundiários, dos empresários privados. Como estão cuidando da economia? Durante a quarentena total, por meio de grandes injeções de dinheiro que o governo realizou. E o que deram aos demais? Migalhas de 500 bolivianos, que não é suficiente para nada.

Mas, não é somente com a intervenção do Estado que estão cuidando de sua economia. A outra forma é destruindo a força de trabalho, com demissões e superexploração. Estão cuidando da economia dos empresários assim, jogando nas ruas os trabalhadores demitidos, e os fazendo trabalhar, sem garantir medidas de biossegurança. Os banqueiros também cuidam de sua economia, e fazem isto descumprindo a lei, que indicava que os empréstimos deveriam ser reprogramados até seis me-

ses depois da quarentena, asfixiando o povo com as dívidas, e o obrigando a trabalhar sem se importar quem morra de Covid-19. Para os empresários, banqueiros e multinacionais, a vida dos operários e da classe média empobrecida não importa, para eles somos descartáveis.

Diante dessa situação, os operários, camponeses, universitários e classe média, devem se organizar e se unir em defesa da vida, por trabalho, saúde e educação.

Devemos retomar a ação direta, para cuidar da economia operária, camponesa e classe média!

Se as empresas forem fechadas, devemos tomá-las e os operários devem fazê-las funcionar. Se querem nos demitir, devemos entrar em greve e ocupar a fábrica. Se os bancos não querem reprogramar nossas dívidas, então, devemos exigir e materializar a sua nacionalização. E, para não morrermos de Covid-19, devemos nacionalizar os hospitais e clínicas privadas. Se o governo não pode garantir as nossas reivindicações unitárias, então, devemos expulsá-lo, mas não para colocar outro governo entreguista, mas sim para impor o nosso governo, operário e camponês, que governe para a maioria empobrecida e nacionalize os recursos naturais, bancos, saúde, e nos garanta pão, trabalho, saúde e educação.

(extraído do jornal Massas Extra, 23 de junho, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

EUA

Ofensiva burguesa para desmontar os protestos contra a violência e racismo policial

Conjuntura explosiva

Em 12 de junho, Rayshard Brooks, negro de 27 anos, foi morto pela polícia em Atlanta, capital do estado de Geórgia. Imediatamente, massivos protestos se deflagraram. A principal rodovia estadual foi bloqueada, e o prédio da empresa de “fast-food”, onde aconteceu a morte, queimado. O policial que fez os disparos foi demitido e acusado de assassinato. A chefe da polícia do estado, Erika Shields, renunciou. “É preciso construir confiança entre as autoridades policiais e as comunidades que atende”, afirmou.

O assassinato de Brooks demonstrou que a violência policial não deixa de assombrar às massas negras, apesar de o país estar mergulhado em massivas e radicalizadas manifestações contra a violência e racismo policial. A permanência dos protestos, por mais de oito semanas, deixou bem claro que não se tratava tão somente de uma reação pontual contra um assassinato. Mas, uma reação instintiva das massas negras e oprimidas, cujas raízes profundas se firmam na convicção de que não haverá como acabar com essas tragédias e o terrorismo policial, sem os métodos coletivos de luta.

A expressão mais radicalizada dessas tendências tomou forma na cidade de Seattle. Após enfrentamentos no distrito de Capitol Hill, em 8 de junho, a polícia abandonou a delegacia

do bairro. Manifestantes levantaram barricadas, fecharam dezenas de quarteirões, e declararam a zona “livre de policiais”. Sob o nome de “Protesto Organizado de Capitol Hill” (CHOP, pelas siglas em inglês), manifestantes armados (nos EUA, o porte de armas é legalizado) cuidavam da própria segurança. A iniciativa foi replicada em Washington, onde manifestantes ergueram barricadas, e “impuseram” uma “zona autônoma” perto da Casa Branca, sede do governo federal.

Tendências e contradições

Embora compareçam como iniciativas espontâneas e restringidas a pequenas regiões, essas medidas indicaram a via pela qual as massas avançariam em choque com o regime burguês. Seus programas, porém, ainda permanecem dentro das soluções democrático-burguesas à crise política, mais ou menos radicais (fim da repressão, congelamento de aluguéis, ingresso livre e gratuito ao ensino superior, etc.).

É nesse quadro convulsivo e de iniciativas de auto-organização de massas que se vem manifestando a luta grevista. Há duas semanas, foi deflagrada uma greve dos operários portuários na costa oeste. O quadro grevista não deixou de crescer e se estender nos últimos meses. Foram mais de 800 conflitos, desde março. Exigem melhores condições trabalhistas e medi-

das de biossegurança a cargo das empresas, perante o aumento de contágios pelo Covid-19 entre operários.

Entretanto, todas essas ações não conseguem superar o estreito horizonte corporativista, reformista ou burguês. O que se revela, especialmente, no caráter contraditório das reivindicações das denominadas “zonas autônomas”, que oscilam entre a defesa de um “corpo de segurança popular” (embora reconhecido pelas autoridades), e a “completa reorganização” das forças policiais (apoiando os projetos de leis apresentados de reforma das polícias). Inclusive, a maioria das greves operárias, que surgiram à revelia do imobilismo das direções sindicais, não conseguem se erguer em força social capaz de criar condições para soldar o movimento contra a violência e racismo à luta do conjunto dos explorados, sob um plano nacional comum de reivindicações.

Manobras burguesas

A continuidade dos protestos e a criação de “zonas autônomas” alertaram à burguesia dos perigos da retomada das manifestações em um nível mais elevado de politização e radicalização. Observa-se, nas últimas semanas, uma movimentação de direções políticas, sindicais e religiosas, para cooptar as manifestações, objetivando desviar as massas para as saídas institucionais burguesas à crise.

Essas manobras passaram a se refletir nas campanhas da imprensa monopolista, e nas palavras de ordem de respeito às instituições, pela “ação pacífica”, e da necessidade de “negociar reformas”, que vêm ganhando projeção no movimento. Enquanto as palavras de ordem radicalizadas (a exemplo de “dissolução da polícia” e de “defesa coletiva”) vêm refluindo, ou se limitando a setores dos protestos.

É nessas condições que prefeitos e governadores das cidades e estados mais conflituosos vêm anunciando um processo de reformas na estruturação, procedimentos e treinamento das polícias. Em Minneapolis (Minnesota), cidade onde George Floyd foi assassinado, proibiram-se as técnicas de imobilização no pescoço, com o joelho ou com o braço. A Câmara de vereadores da cidade apresentou inclusive um projeto de “dissolução” da polícia, e de criação de “um sistema de segurança pública dirigido pela comunidade”. Segundo afirmaram os vereadores, a morte de Floyd demonstrou que “nenhuma reforma evitará a violência letal e o abuso de parte de alguns membros do Departamento da Polícia”, especialmente contra “pessoas afro-americanas e de cor”. De forma que era necessário elaborar um “novo modelo de segurança pública”, com “participação da comunidade”.

Medidas do mesmo tipo vêm sendo tomadas em outras cidades do país, que foram epicentros de protestos contra a violência policial. Em Los Angeles, na Califórnia, ainda que a técnica por imobilização no pescoço esteja proibida desde 1982, após uma revolta popular contra a brutalidade policial que resultou em muros destruídos e mais de 36 mortos, os massivos protestos das últimas semanas impulsionaram uma dúzia de departamentos policiais a afirmarem que deixarão de aplicar a técnica. O governador disse ainda que promoverá uma lei, para proibir o ensino da técnica no futuro. Cogita-se, demagogicamente, reduzir o orçamento para Departamentos de Polícia, reorientando o dinheiro a planos sociais para a comunidade negra. Em Seattle, a chefe de polícia tinha se negado a reprimir os manifestantes de Capitol Hill, e anunciou que “revisaria” as táticas de controle de protestos. Porém, na semana passada, decidiu, finalmente,

abandonar essa via e reprimir o levante do distrito.

Iniciativas semelhantes foram anunciadas em diversos Estados e prefeituras do país (condenar policiais por “*estrangulamento agravado*”, “controle cidadão” sobre as polícias, proibir a contratação de policiais com antecedentes, etc.). O essencial, porém, está em assinalar que a quantidade e diversidade de medidas expõem, à luz do dia, o quanto a revolta nacional obriga a burguesia a oferecer soluções institucionais à crise, objetivando por essa via pôr fim às manifestações.

Cretinismo eleitoral

O certo é que as promessas de acabar com os “ultrapassados métodos policiais” vêm favorecendo, principalmente, prefeitos e governadores ligados ao Partido Democrata. Nota-se que as campanhas eleitorais dos democratas pairam agora sobre o movimento, procurando utilizá-lo de trampolim de seus candidatos, aproveitando a crescente rejeição ao governo Trump. Sabe-se que um amplo setor dos republicanos declarou-se favorável a reformar os corpos policiais e seus procedimentos. E passaram a condicionar seu apoio a um segundo mandato de Trump a sua política perante o movimento.

Essas declarações potenciaram o isolamento de Trump, que já vinha agravando-se, desde que o chefe do Pentágono se negou a utilizar o exército para reprimir os protestos. Ainda que, no auge do movimento, Trump tenha ameaçado com intervenção militar, agora, acuado, vem reajustando sua política, visando a favorecer suas chances eleitorais, e a manter o apoio de frações do Partido Republicano. E em 16 de junho, anunciou que assinou uma MP de reformas no protocolo de ação policial, verbas federais aos departamentos com “*boas práticas*”, e uma base de dados de “*agentes com mau comportamento*”.

Como podemos ver, as manifestações são cercadas pela politicagem burguesa, objetivando definhando o movimento, e utilizá-lo como base de manobras eleitorais. Pretende-se ainda fazer passar a ideia de que os políticos burgueses se sensibilizam com as tragédias da população, fundamentalmente negra, e que são capazes de mexer em uma das mais poderosas corporações do aparelho do Estado.

Uma corporação impune

A polícia norte-americana tem uma enorme capacidade de pressão e coerção sobre o poder político. Essa especial situação decorre da necessidade de manter equacionada a governabilidade. O aumento ou diminuição dos índices de criminalidade podem favorecer candidatos e propagandar governos; ou então abalá-los e afundá-los, se a polícia se achar na oposição. É em troca dos “serviços prestados” que as polícias recebem volumosos orçamentos, apoio institucional e impunidade judicial.

A corporação policial exerce esse vasto poder em defesa de seus próprios privilégios econômicos (aposentadoria diferenciada, fundos de pensão bilionários, negócios especulativos, etc.) e jurídicos. Não por acaso, os sindicatos policiais alertaram contra qualquer tentativa de mudar a chamada “imunidade qualificada”, cujo princípio básico é que um policial não cometeu crime, a menos que haja um claro precedente judicial com o qual compará-lo. Como crimes policiais são sistematicamente acobertados pela justiça e política burguesas, quase não existem “antecedentes jurídicos”.

Apenas quando constam registros visuais (como aconteceu com Floyd e Brooks), é que a justiça é obrigada a condenar e

punir o policial. Isso explica por que, das 7,6 mil ocorrências de mortes por policiais, entre 2013 e 2019, em 95 casos, houve processos penais, e apenas 48 condenas. Do que se desprende que uma verdadeira reforma dos procedimentos policiais deveria abranger também mudanças nos procedimentos e antecedentes jurídicos, para tipificar a violência policial como crime.

A polícia é irreformável

A polícia é um corpo repressivo especializado, organizado e treinado para esmagar as lutas dos oprimidos, que se erguem em combate contra as medidas e políticas do Estado burguês, que atacam suas condições de vida e destroem direitos, as organizações e movimentos que avançam em choque com a grande propriedade privada dos meios de produção, e para afogar em sangue as sempre crescentes manifestações da barbárie social capitalista (estupros, prostituição, narcotráfico, etc.).

Está absolutamente claro que os Estados Unidos se aprofundam na pior recessão de toda sua história. De forma que, quanto mais avança a desagregação, mais agravam-se os choques entre as classes, e mais ainda a violência do Estado adquire contornos bárbaros e brutais. Ao serem negros e negras o setor mais oprimido entre os oprimidos, a truculência policial desfechada contra as massas negras tende a exacerbar seu caráter chauvinista e racista. O que explica, por sua vez, por que não será possível reformar seus métodos e procedimentos, calcados nos métodos econômicos e políticos pelos quais exerce sua ditadura de classe da burguesia monopolista branca sobre o conjunto da nação.

O assassinato de Floyd, Brooks e dezenas de manifestantes deixou às claras o caráter estrutural do racismo como expressão da dominação burguesa branca. O que não excluiu, evidente-

Notas internacionais

mente, que a corporação policial possa aceitar a mudança de certos procedimentos e técnicas, para melhor iludir as massas, e equacionar os atritos ao interior do aparelho estatal. É o que se verifica na atual conjuntura, com a proposta de reformas nos procedimentos das polícias de todo o país.

Política e estratégia proletárias

As mudanças nos procedimentos, técnicas e composição conjuntural dos corpos policiais não mudarão, nem alterarão seu conteúdo de classe, o racismo fisiológico, e as estruturas ideológicas chauvinistas, que a permeiam de cima a baixo. Características essas que correspondem à particular estruturação histórica do capitalismo no país, cujas raízes longínquas se acham na brutal opressão exercida sobre a força de trabalho negra escrava. Bem como na integração segregada dos negros ao trabalho assalariado e à vida política e civil, sem nunca lhes garantir igualdade real com os brancos.

Há quase 60 anos, foi aprovada a igualdade jurídica entre negros e brancos. Em 19 de junho de 1865, comemora-se o *Freedom Day* (Dia da Libertação), dia em que foi anunciada a *Proclamação de Emancipação* dos negros. Em 1º de janeiro de 1863, foi assinado o *Ato de Emancipação*, pelo presidente Abraham Lincoln, que libertou 4 milhões de escravos. Fechava-se assim um longo período, desde a *Declaração da Independência*, que legalizou a escravidão em metade dos estados da União.

Apesar de todas essas grandes mudanças jurídicas, no entanto, assim como no passado, as massas negras continuam amargando no presente a violência estatal, a discriminação racial, as profundas desigualdades econômicas, a falta de garantias civis e o segregacionismo na vida política e social.

Isso explica por que, ainda que a base material imediata dos protestos se acha nas vidas negras tiradas pela truculência e brutalidade policial - entre jovens negros, a morte nas mãos da polícia é a sexta causa das mortes anuais -, o certo é que a violência e discriminação racial constituem uma marca distintiva do aparelho do Estado e da fisionomia de classe da burguesia monopolista branca racista.

A política revolucionária começa, precisamente, por caracterizar clara e precisamente essas premissas materiais, econômicas e históricas. Portanto, à vanguarda com consciência de classe está colocada a tarefa de esclarecer o real objetivo das manobras reformistas; combater as traições das direções religiosas e sindicais que pretendem submeter as massas a seus opressores e assassinos; alertar os explorados contra as falsas ilusões de reformar e moralizar os métodos policiais; lutar pela unidade dos explorados negros e brancos contra seus opressores de classe comuns; e, particularmente, defender e desenvolver politicamente o instinto das massas, que se orientam a exigir a dissolução dos corpos repressivos do Estado burguês e tomar em suas próprias mãos a autodefesa coletiva de massas.

Mas, somente na medida em que se avance a construir seu partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, e se levante no seio do proletariado o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias, é que se darão passos decisivos para criar as condições para forjar uma poderosa direção revolucionária, capaz de unificar e soldar a luta democrática das massas negras, latinas e brancas, contra o chauvinismo, e pelo fim da opressão e discriminação racial, com a luta do proletariado pelo socialismo e pela completa e real igualdade entre negros e brancos.

ADQUIRA COM O DISTRIBUIDOR DO JORNAL Massas \$5

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Venda em Portugal - Junho 2020 - R\$ 5,00

Diante a crise econômica, política e social desencadeada pelo coronavírus

Combater os governos burgueses, para impor nosso próprio plano de emergência, baseado na democracia operária e nossos métodos de luta

Erguer bem alto as bandeiras da Revolução Proletária!

Seleção de declarações e artigos internacionais, nacionais, publicados nos últimos três meses, sobre a catastrófica crise que vivenciamos.

ESTADO SIONISTA NA OFENSIVA

Responder com o programa e os métodos da luta de classes

Após um ano e meio de impasse institucional, marcado por três eleições consecutivas entre Benjamín Netanyahu e Benny Gantz, foi selado um “Pacto de Emergência Nacional”.

O “pacto” dividiu o exercício do cargo de primeiro-ministro entre Netanyahu e Gantz, visando a dois objetivos principais: 1) bloquear na Kneset (Parlamento) os processos de cassação contra Netanyahu; 2) Gantz apoiará Netanyahu em seu plano de impor a soberania israelense nos assentamentos judeus, construídos sobre territórios palestinos e no Vale do Jordão, que começou em 1º de julho.

O plano propõe anexar gradualmente até 30% da Cisjordânia. A primeira fase seria a de declarar a soberania israelense sobre os assentamentos ilegais (10% de território palestino). Finalizada a fase inicial, convocar-se-iam as autoridades palestinas para negociar a formação de um Estado Palestino, bem como a “integração” dos palestinos das áreas ocupadas. Sob a vigência da nova lei, que transforma Israel em “Estado judeu”, isso significa transformá-los em párias, submetidos à vigilância policial. Finalmente, o plano estabelece que se as autoridades palestinas e as organizações armadas da Cisjordânia e Faixa de Gaza recusarem - o que é líquido e certo, Israel começará imediatamente a segunda fase, completando assim a anexação colonial do 20% restante (o Vale do Jordão).

Como se vê, Gantz e Netanyahu compactuaram a governabilidade ao preço de usar os palestinos como moeda de troca da barganha eleitoral. De um lado, pretende-se assim reduzir os focos de conflito interno ao plano colonialista e resistir a oposição interna de setores da burguesia, que alertaram sobre os perigos de romper os frágeis acordos de paz, costurados nos últimos anos. De outro, cria uma frente burguesa para enfrentar a rejeição e oposição da União Europeia (UE), que ameaçou acionar o Conselho de Segurança (CS) da ONU, para anular as medidas, e se diz disposta a bloquear as importações e exportações. Fundamentalmente, o “pacto” favorece o objetivo de Netanyahu de criar uma unidade burguesa sólida contra os palestinos, caso decidam “combater” o plano anexionista.

Tudo indica que as massas palestinas se revoltarão contra o anexionismo colonial, e exigirão de suas direções uma resposta coletiva e decisiva para defender seus territórios. São os perigos de novas revoltas populares e de fortalecimento das organizações islâmicas armadas radicalizadas que impulsionam Mohamad Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), procurar uma solução negociada. Segundo afirmou, desconheceria a medida unilateral do Estado de Israel e a denunciaria perante a ONU. Hamas, por sua vez, alertou de que qualquer tentativa de anexar novos territórios seria contestada com a guerra. Os governos da Jordânia, Turquia, Arábia Saudita, Síria e Irã, dentre outros, ameaçaram Israel com “graves consequências”, se cumprirem seu plano colonialista.

É bom frisar que o “Pacto de Emergência Nacional” foi um passo obrigado para implementar o chamado “Acordo do século”, assinado entre os Estados Unidos e Israel, em janeiro de 2020. Nele, os EUA reconhecem a soberania sionista sobre os territórios ocupados, e se comprometem apoiar Israel contra qualquer medida (econômica, diplomática, etc.) exercida por governos europeus e árabes contra as anexações. Não por acaso, Israel começou a construir um assentamento nas Colinas do Golan, território da Síria, ocupado militarmente por Israel, após a Guerra dos Seis Dias. O fato de homenagear Donald Trump expõe, à luz do dia, a im-

potência da ONU, bem como da burguesia europeia, em recorrer ao “multilateralismo”, para impor limites ao intervencionismo do imperialismo norte-americano.

Isso explica porque apesar dessa ampla oposição, ou das ameaças de “guerra santa”, não há como garantir a unanimidade dos membros do Conselho de Segurança, para condenar o plano colonialista. Estados Unidos, que tem veto sobre todas as decisões, impedirá se ataque seu fiel aliado. A solução diplomática, assim, fica abortada e a “promessa” de Israel de reconhecer a solução dos “Dois Estados”, na base da submissão dos países árabes e da Palestina aos fatos consumados de anexar territórios à força, não passa de manobra retórica para justificar sua ação militar e colonial unilateral.

Finalmente, é bom compreender que um levante das massas palestinas se projetará, inevitavelmente, também contra o imperialismo. Se os países árabes que rejeitam a anexação sionista realmente desejam garantir o direito dos palestinos a construir seu Estado nos territórios ancestrais, seriam obrigados a impulsionar um movimento anti-imperialista, na base do armamento geral da população. Nada indica, pelo contrário, a experiência histórica demonstra, que essas tendências instintivas de luta das massas - sempre presentes - se chocam com os manejos dos governos feudal-burgueses árabes, que aproveitam o seu controle sobre as massas, para usá-las como moeda de troca para uma saída da crise palestina, por meio de negociações, consensos e acordos diplomáticos. Mas, qualquer que seja a manobra do nacionalismo árabe, não poderá conter a ofensiva imperialista-sionista. A experiência histórica de 72 anos, desde a criação artificial do Estado de Israel (1948), para servir de instrumento ao intervencionismo imperialista na região, está cheia de demonstrações.

O essencial da atual situação - no momento em que se agrava a guerra comercial e crescem as ameaças bélicas do imperialismo contra o Irã - está em que o anexionismo sionista projetará os conflitos militares regionais, e ganhará proporções internacionais, ao confluir com uma convulsiva luta de classes, que se vem desenvolvendo na Palestina, Líbano e por todo Oriente Médio. É nesse quadro convulsivo que as massas palestinas serão mais uma vez obrigadas a passar por cima das traições e limitações de suas direções, e recorrer à rica experiência e tradição de luta.

É nessas condições que se colocará, objetivamente, a necessidade de armar a população, para derrotar o militarismo e o colonialismo sionista, bem como impor a autodeterminação nacional, com os métodos da luta de classes. Mas, somente organizadas em uma Frente Única Anti-imperialista, é que as massas oprimidas restabelecerão a unidade territorial e social da Palestina, pela via da destruição do Estado sionista, abrindo caminho à confraternização e solidariedade dos explorados árabes e judeus.

A bandeira que corresponde a esse objetivo é a de uma *República Socialista da Palestina, una, livre e independente (fim do Estado de Israel)*, produto da revolução e ditadura proletárias. O proletariado organizado como classe independente e constituído como força revolucionária poderá materializar essa tarefa estratégica, bem como abrir caminho à luta pela expulsão do imperialismo, e pela resolução das tarefas democráticas e socialistas colocadas em toda a região, expressas no programa dos *Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio*. Para isso, a vanguarda terá de constituir o partido revolucionário.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 612, destacamos a questão da paz. Lênin fez, no II Congresso dos Sovietes, a defesa veemente de que era preciso chegar a um acordo com a Alemanha, como condição para evitar o avanço

das tropas inimigas, e o esmagamento da revolução russa. Abriu-se uma importante divergência na direção dos bolcheviques, e com as demais correntes. Lênin saiu vitorioso, mas teve de superar seu isolamento inicial. Conseguiu a maioria diante dos acontecimentos, que lhe foram dando razão.

A Conferência de Paz de Brest-Litovsk teve início em 9 de dezembro de 1917. Do lado da aliança imperialista, participaram Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia. A delegação da Rússia soviética apresentou uma declaração sobre a proposta de paz, orientada por Lênin. Logo se verificou que a Alemanha manobrou diplomaticamente nessa primeira sessão, para, em janeiro de 1918, exigir condições de entrega territorial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da Polônia. Essa ofensiva era esperada por Lênin, que reconhecia a extrema dificuldade do recém-criado Estado operário de se manter na guerra. O que potenciou a divergência interna e externa ao bolchevismo. As *“Teses sobre o problema da imediata negociação de uma paz em separado e anexionista”*, escrita por Lênin, definiu, com absoluta clareza, os fundamentos tático e estratégico, que seriam decisivos aos passos seguintes para a negociação da paz.

Em 17 de janeiro, a delegação russa, liderada por Trotsky, reiniciou as discussões em Brest-Litovsk. Mais uma vez, as negociações se frustraram, e a delegação russa não teve como assinar o tratado de paz. Lênin manteve a posição de que era imperativo continuar insistindo nas negociações. Nesse momento, suas Teses se mostravam inequivocamente de acordo com a marcha dos acontecimentos. Em 19 de fevereiro, o governo revolucionário concordou em assinar o tratado de paz, aceitando as condições anexionistas. Somente em 23 de fevereiro, o governo alemão respondeu, depois de suas tropas avançarem sobre o território russo, impondo mais exigências. A prepotência das forças imperialistas elevou os embates no interior do partido bolchevique. Lênin tinha consolidado uma maioria, que lhe permitiu convencer o Comitê Executivo Central (CEC) e Conselho de Comissários do Povo (CCP) a aceitarem as exigências da Alemanha. Em 3 de março, foi assinado o acordo de paz. O IV Congresso Extraordinário dos Sovietes, realizado entre 14 e 16 de março, aprovou o acordo de Brest-Litovsk, depois de o Partido Bolchevique ter aprovado a linha de Lênin, no VII Congresso. Em novembro de 1918, caiu Guilherme II, Kaiser da Alemanha, o que possibilitou a anulação do acordo. Esse desfecho expôs, definitivamente, a grandeza de Lênin como dirigente máximo do Partido Bolchevique, da revolução e da constituição do Estado operário.

Em meio às negociações com a Alemanha e ao embate interno com a oposição, encabeçada por Bukharin, que fincou o pé contra concessões e defendia resistir com a *“guerra revolucionária”*, Lênin publicou o artigo *“A fraseologia revolucionária”*, Pravda, 21 de fevereiro de 1918. Assim é definida: *“A fraseologia revolucionária é a repetição de consignas revolucionárias, sem levar em conta as circunstâncias objetivas em um dado momento, em um estado de coisas existente nesse momento. As consignas são excelen-*

tes, brilhantes, exaltam os ânimos, mas carecem de fundamento, essa é a essência da fraseologia revolucionária”. Lênin ressalta que, se a fraseologia revolucionária fosse posta em prática, levaria à derrocada da revolução. A definição dessa conduta política vem acompanhada de uma explicação de sua origem. Eis: *“A fraseologia revolucionária, com maior frequência, é uma enfermidade de que padecem os partidos revolucionários, em momentos quando constituem, direta ou indiretamente, uma combinação, aliança ou entrelaçamento de elementos proletários e pequeno-burgueses, e quando o curso dos acontecimentos revolucionários está marcado por bruscas e grandes mudanças”*.

Não havia como o Estado operário travar a guerra revolucionária contra a Alemanha e aliados, na situação em que o exército se desmobilizava e o exército vermelho, criação da revolução, ainda era embrionário, estando regido pelo *“princípio da voluntariedade”*. Assim, Lênin concluiu que *“o velho exército não existe; e o novo exército apenas começa a se formar”*. Não sendo possível pôr em prática a *“guerra revolucionária”*, a consigna se mostra vazia, retórica e, puramente, proselitista. Recorre ao exemplo histórico da revolução burguesa na França, em que as condições materiais estavam maduras, enquanto na revolução proletária na Rússia se dava apenas um passo para erguer *“o novo sistema econômico, superior ao organizado capitalismo de Estado da Alemanha, tecnicamente bem equipada”*.

Um argumento sensível diz respeito ao internacionalismo proletário. Bukarin e seus partidários acreditavam que, somente com a *“guerra revolucionária”*, se estaria *“ajudando a revolução alemã a resistir ao imperialismo”*. Lênin responde: *“Qualquer tipo de ‘resistência’ ao imperialismo alemão ajuda a revolução alemã? Qualquer um que se preocupe em pensar um pouco, ou então recordar a história do movimento revolucionário na Rússia, compreenderá facilmente que somente uma adequada resistência à reação ajuda a revolução. Durante meio século do movimento revolucionário na Rússia, presenciamos e conhecemos inúmeros exemplos de inadequada resistência à reação. Nós, os marxistas, nos temos orgulhado sempre de saber determinar, por meio de uma rigorosa análise da força das massas e da relação de classes, se tal ou qual forma de luta é adequada. Temos dito que uma insurreição nem sempre é adequada; se não existem entre as massas as necessárias condições prévias, é uma aventura. A miúdo, temos condenado as formas mais heroicas de resistência individual, como inadequadas e prejudiciais, do ponto de vista da revolução. Em 1907, sobre a base de uma amarga experiência, rechaçamos como inadequada a resistência em participar da III Duma, etc.”*.

Lênin explica que, enquanto não se reunirem forças para desenvolver *“um choque militar ou insurrecional aberto”*, a maneira de ajudar a revolução alemã se limitava à propaganda, agitação e confraternização. O contrário, uma aventura da Rússia revolucionária não ajudaria os operários alemães e favoreceria os seus inimigos. Estava claro que aceitar um tratado desvantajoso de paz decorria da consciência de que ainda não estavam dadas as condições para lançar a *“guerra revolucionária”*. No caso de se tornar impossível a paz em separado, estará colocada imediatamente a continuidade da luta, *“não porque será uma tática justa, mas porque não teremos outra saída”*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)